



LAIZA REGINA MACEDO

**DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE
TRABALHO DO MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG**

**LAVRAS-MG
2019**

LAIZA REGINA MACEDO

**DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO
DE LAVRAS-MG**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof^a. Dr^a. Júlia Moretto Amâncio
Orientadora

**LAVRAS-MG
2019**

LAIZA REGINA MACEDO

**DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO
DE LAVRAS-MG**

**INEQUALITY OF GENDER IN THE LABOR MARKET OF THE MUNICIPALITY
OF LAVRAS - MG**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 26 de junho de 2019

Dr^a. Julia Moretto Amâncio UFLA

Dr^a. Juliana Anacleto dos Santos OPP

Prof^a. Dr^a. Júlia Moretto Amâncio
Orientadora

LAVRAS-MG

2019

AGRADECIMENTOS

O caminho até aqui não foi fácil. Para chegar até este momento, passamos por provações e superações que marcam nossas vidas. Confesso que foi um momento tenso na minha vida, mas ao mesmo tempo, esta fase me trouxe novas experiências e novos conhecimentos que me transformou em quem sou hoje.

Hoje o tão esperado momento chegou. Depois de tantos esforços para tal realização conseguimos superar nossos limites e mostrar nossas capacidades. Mas isso só foi possível com o auxílio de pessoas excepcionais que sempre estiveram ao meu lado.

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado a vida, por ter me abençoado, por ter me dado esta oportunidade e por ter guiado todo meu caminho. Ter me mantido firme e ter me dado forças para superar todas as dificuldades e provações que passei.

Aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado, me dando apoio e auxílio no que fosse preciso e me que sempre me mantinham firme para continuar. As minhas irmãs que sempre deram apoio nas decisões mais difíceis.

Agradeço meu namorado que é um grande companheiro, que esteve sempre ao meu lado e que sempre me ajudou e me deu forças para continuar.

Aos meus amigos que trilharam esse caminho comigo, agradeço pelo companheirismo, pelo apoio, por sempre torcerem por meu sucesso e por estarem do meu lado nos bons momentos bons e ruins.

Agradeço aos meus professores, em especial os do departamento do (DAE) que além de me passarem uma gama de conhecimentos, são ótimos profissionais, e sempre me motivaram e apoiaram na vida acadêmica. Agradeço minha orientadora, que esteve empenhada em me ajudar, por me orientar nessa fase tão importante, agradeço pelo apoio e pela dedicação com muito carinho.

À Universidade Federal de Lavras, pela oportunidade de poder ingressar na área acadêmica e aprimorar meus conhecimentos.

MUITO OBRIGADA!

RESUMO

Esta análise tem como objetivo abordar em qual contexto o município de Lavras-MG se enquadra em relação à desigualdade de gênero no mercado de trabalho e, sem descartar a questão racial, compará-la com a perspectiva no Brasil. Além disso, buscou-se analisar fatores influenciadores importantes para a contribuição da desigualdade no município estudado para então, a partir da base de dados estatísticos e de indicadores sociais relacionados à mulher, produzir dados quantitativos. Tais condicionantes serão usadas como base comparativa para descrever a realidade das mulheres de Lavras em relação ao mercado de trabalho brasileiro. Desta forma, o procedimento utilizado para a coleta de dados foi por meio de recursos informacionais via internet, de censos demográficos, pesquisas de indicadores sociais e dados obtidos pelas fontes de pesquisas estatísticas, sendo: (IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (PNDA) Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio e o (IMRS) Índice Mineiro de Responsabilidade Social. É importante afirmar que esta pesquisa é pautada pelas abordagens quantitativas e qualitativas na perspectiva de atingir os objetos descritivo e explicativo. Portanto, buscou-se identificar as dificuldades enfrentadas pelo público feminino no contexto de tratamento desigual no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, discernir como a desigualdade de gênero se manifesta no mercado de trabalho de Lavras.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero. Censo. Mercado de trabalho.

ABSTRACT

This analysis aims to address in which context the municipality of Lavras-MG fits in relation to gender inequality in the labor market and, without disregarding the racial issues, compare it with the perspective in Brazil. In addition, we sought to analyze important influencing factors for the contribution of inequality in the city studied, and to produce quantitative data from the statistical database and social indicators related to women. These conditions will be used as a comparative basis to describe the reality of Lavras' women in relation to the Brazilian labor market. Thus, the procedure used to collect data was through information resources via the internet, demographic censuses, social indicators surveys and data obtained by statistical research sources, being: (IBGE) Brazilian Institute of Geography and Statistics, (PNDA) National Sample Survey by Domicile and the (IMRS) Mineiro Index of Social Responsibility. It is important to affirm that this research is oriented by quantitative and qualitative approaches, in the perspective of reaching descriptive and explanatory objects. Therefore, we sought to identify the difficulties faced by the female public in the context of unequal treatment in the labor market and, at the same time, to discern how gender inequality manifests itself in the Lavras labor market.

Keywords: Gender inequality. Census. Jobmarket.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 – PNAD indicadores do nível de instrução entre homens e mulheres no 4º trimestre de 2017.....	25
Gráfico 5.1.1 – Amostra de pessoas com 10 anos ou mais de idade na situação de ocupação no município de Lavras – 2010.....	34
Gráfico 5.1.2 – Níveis de instrução geral entre homens e mulheres Lavras – MG 2010.....	38
Gráfico 5.1.3 – Taxa de conclusão de ensino médio completo, ensino superior incompleto e superior completo, por raça – 2010.....	38
Gráfico 5.1.4 – Taxa de escolarização de adolescentes do ensino médio – IMRS 2016.....	40
Gráfico 5.2.1 – Proporção de pessoas economicamente ativas por raça e por sexo, 2010.....	42
Gráfico 5.2.2 – Taxa de conclusão do ensino superior, por sexo, segundo cor ou raça-2012..	44
Gráfico 5.2.3 – Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas ocupadas, de 14 anos ou mais de idade na semana de referência, por sexo 2016.....	45
Gráfico 5.2.4 – Porcentagem do número médio de horas combinadas no trabalho remunerado e nos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (carga total de trabalho) das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo 2016.....	46
Gráfico 5.2.5 – Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 anos ou mais de idade, na semana de referência, por sexo – 2016.....	47
Gráfico 5.2.6 – Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que são trabalhadores por conta própria, por sexo – 2016.....	48
Gráfico 5.2.7 – Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que são empregadores, por sexo 2016.....	49
Gráfico 5.2.8 – PNDA indicadores mulheres 4º trimestre de 2017.....	50
Gráfico 5.2.9 – Proporção de trabalhadores em ocupações por tempo parcial (até 30 horas semanais) 2018.....	50
Gráfico 5.3.1 – Proporção de pessoas por nível de instrução (%), uma comparação entre Lavras e Brasil, por sexo – 2010.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 5.1.1– Amostra de trabalho de pessoas de 10 anos ou mais de idade para trabalhar da população economicamente ativa do município de Lavras – 2010.....	32
Tabela 5.1.2– Amostra de trabalho de pessoas de 10 anos ou mais de idade para trabalhar da população não economicamente ativa do município de Lavras – 2010.....	33
Tabela 5.1.3 – Amostra de pessoas com 10 anos ou mais de idade que trabalham com serviços domésticos, por sexo, do município de Lavras – 2010.....	35
Tabela 5.1.4 – Amostra de pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupantes de cargos de gerência e diretoria do município de Lavras – 2010.....	36
Tabela 5.1.5 – Amostra de pessoas com 10 anos ou mais de idade que trabalham 40 a 44 horas habitualmente trabalhadas por semana, do município de Lavras – 2010.....	36
Tabela 5.1.6 – Amostra de pessoas com 10 anos ou mais de idade que frequentavam a escola, por sexo no município de Lavras – 2010.....	37
Tabela 5.2.1 – Proporção de pessoas economicamente ativa, por sexo – 2010.....	41
Tabela 5.2.2 – Taxa de conclusão do ensino superior, por sexo – 2012.....	43
Tabela 5.2.3 – Taxa de conclusão do ensino superior, por sexo, população branca– 2012.....	43

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	OBJETIVO GERAL	12
2.1	Objetivos específicos.....	12
2.2	Justificativa	13
3	REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1	Terminologias de desigualdade e gênero	13
3.2	A divisão de classe e a trajetória do trabalho feminino	16
3.3	Movimentos feministas e os campos de dominação	18
3.4	Mulheres no mercado de trabalho: acesso igualitário e parâmetros de discriminação as mulheres.....	21
3.5	Impactos dos níveis de escolaridade e a segmentação ocupacional	23
4	METODOLOGIA.....	28
4.1	Caracterização da pesquisa	28
4.2	Coleta de dados	29
4.3	Análise de dados	29
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	30
5.1	Análise de dados por sexo do município de lavras-MG de 2010- 20176.....	30
5.2	Análise de dados e indicadores da desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho do Brasil, 2010 a 2018.....	40
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

A conjuntura histórica das mulheres no mercado de trabalho é marcada por grandes lutas, movimentos e enfrentamentos no que tange ao seu reconhecimento e autonomia perante a sociedade contemporânea. Por anos as mulheres vêm sendo subjugadas e sofrem discriminação de gênero e raça no âmbito social e profissional. Além da mão de obra feminina ter sido fortemente explorada, as mulheres foram submetidas a cumprir dupla jornada de trabalho, geralmente, com serviços domésticos não-remunerados. Por consequência de uma sociedade patriarcal, o trabalho do homem estava sempre voltado a um setor produtivo e com uma boa remuneração, já o das mulheres estava sempre articulado em funções e posições não qualificadas recebendo uma quantia irrisória de dinheiro, quando recebiam, pois na maioria dos trabalhos domésticos, não recebem (TEIXEIRA, 2009).

Ao longo do tempo as mulheres vêm buscando acabar com essa discriminação, inserindo-se no mercado de trabalho nas mais diversas áreas, buscando atingir a independência econômica e intelectual no meio em que vivem. O poder hegemônico que a sociedade mantinha a mulher era tão supremo, que esta não tinha espaço e nem autonomia para atuar livremente. Na cadeia de dominação, as mulheres estiveram sempre na base dominada, de modo a ficarem as sombras da supremacia de poder do homem. Tantas discriminações geraram inquietações entre as mulheres as quais se uniram para tentar enfrentar esse quadro de predominância de poder (TEIXEIRA, 2009).

Grupos feministas foram formados a fim de se imporem e lutarem por seu reconhecimento numa sociedade amplamente machista. Tal feito ocasionou em vários protestos, movimentos, greves e reivindicações, os quais marcaram a vagarosa ascensão das mulheres no âmbito empregatício, gerando mudanças significativas no contexto histórico da inserção destas no mercado de trabalho. O período da industrialização, fim do século XVIII, deu um salto quanto à inclusão das mulheres em ocupações empregatícias, entretanto os serviços em sua grande maioria eram voltados para área têxtil, confecção de tecidos em fábricas e indústrias e trabalhos como camponesas e em comércios (TEIXEIRA, 2009).

Vários momentos marcaram as conquistas das mulheres na história, grande parte deles ocorreram nos EUA (Estados Unidos da América) e na Europa em meados do século XIX. Em 8 de março de 1857 na cidade de Nova Iorque, um grupo de mulheres, que trabalhava numa indústria têxtil, mobilizou-se em busca de melhores condições de trabalho, segurança e salários mais justos. Tal greve foi totalmente reprimida com grande violência pela polícia. Em homenagem a este marco histórico, em 1908 outro grupo de operárias de um comércio de

agulhas em Nova Iorque fez uma manifestação, a qual foi recebida com forte represália pelas autoridades. Como consequência de condições precárias de segurança no trabalho, em 25 de março de 1911 na cidade de Nova Iorque, cerca de 140 mulheres morreram no incêndio de uma fábrica de tecidos. Somente após o incidente, que tal fato gerou mudanças significativas nas leis trabalhistas e segurança de trabalho do país (ANGELO, 2016).

Segundo Teixeira (2009), as ocupações das mulheres saíram da vertente de ambiente familiar para o ambiente comercial durante a Primeira Guerra Mundial, passaram a trabalhar fora de seu domicílio. Contudo, as áreas de serviços da mulher eram voltadas para enfermagem ou confecção de roupas, cuja remuneração era respectiva à qualificação na época. Essa transição da função e das ocupações das mulheres foi o início de uma grande e morosa jornada à ascensão das mulheres no mercado de trabalho.

No Brasil, as mulheres nunca deixaram de lutar por seus direitos. Por anos estas vêm lutando por melhores condições de trabalho e regulamentações das leis trabalhistas. O período de mais represália às ocupações empregatícias das mulheres foi no período da Ditadura Militar em 1964. Somente entre a década de 1970 a 1990 houve um aumento significativo da participação das mulheres no mercado de trabalho.

No período pós-constituição federal de 1988, o nível de instrução e escolarização feminina teve grandes avanços, o que marcou a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho. Estas passaram a ocupar cargos de gerência e com maiores qualificações, além de exercerem as mesmas funções que os homens em geral. Entretanto, o salário das mesmas não tem acompanhado esse crescimento. O avanço conquistado pelas mulheres afetou minimamente a diferença salarial entre os gêneros e a segregação ocupacional, as quais elas eram submetidas, pois tais seguimentos persistem até hoje, mas em menor escala. Ademais a taxa de desemprego das mulheres ainda supera a taxa de desemprego dos homens (ABRAMO, 2006).

A realidade social brasileira é sem sombra dúvida marcada por uma desigualdade de gênero e raça persistente no que tange as oportunidades de emprego e os ganhos por ocupação. A taxa de participação de homens no mercado de trabalho é maior e predominante em relação a taxa de participação das mulheres, sem contar o fator de desigualdade salarial e de dupla jornada de trabalho que as mulheres enfrentam rotineiramente. Por conta de tal agravante, as mulheres têm buscado alcançar os resultados obtidos pelos homens no mercado de trabalho a fim de adquirir uma independência econômica e social. Contudo, mesmo com as

transformações sociais que ocorrem ao longo dos anos, a desigualdade de gênero e raça se mostra persistente no contexto de mercado.

Esses tipos de desigualdades entre homens e mulheres podem ser percebidos nas mais diversas regiões do Brasil. Nesse âmbito, o presente trabalho será construído com base na realidade social do município de Lavras, localizado no sul de Minas Gerais, com população estimada de 102.728 pessoas (IBGE, 2018), onde atualmente tem apresentado uma desigualdade de gênero e raça em diversas áreas do mercado de trabalho. Fatores como taxa de participação no mercado de trabalho, taxa de ocupação, taxa de pessoas economicamente ativas, proporção de pessoas que trabalham em serviços domésticos são os principais condicionantes que corroboram para a desigualdade. Além disso, influenciam direta ou indiretamente nessa problemática social, mantendo a desigualdade de gênero no município.

Portanto, é possível observar que houve avanços das mulheres no mercado de trabalho, porém, estas presenciam situações de desigualdade e discriminação de gênero e raça. Com base nessa perspectiva, como se manifesta a desigualdade de gênero no mercado de trabalho do município de Lavras?

2 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho é elaborar uma análise acerca da desigualdade de gênero no mercado de trabalho do município de Lavras–MG comparando à perspectiva no Brasil.

2.1 Objetivos específicos

- Analisar os fatores que influenciam e levam à desigualdade de gênero do município de Lavras;
- Fazer uma análise a partir da base de dados estatísticos e de indicadores sociais relacionados à mulher a fim de trazer dados quantitativos da problemática;
- Descrever e analisar alguns condicionantes que serão usados de base para comparação entre Lavras e Brasil;
- Descrever e comparar a realidade das mulheres negras no mercado de trabalho lavrense em relação à realidade do Brasil;

2. 2. Justificativa

O processo de desenvolvimento de um país está intrinsecamente relacionado com as condições de vida do indivíduo na sociedade e como este pode alcançar o bem-estar econômico e social. O mercado de trabalho faz parte desse processo, pois é o fator gerador de renda que permite o cidadão conquistar seu espaço e ter condições mínimas de vida na sociedade. Contudo, mesmo com toda essa relevância, a realidade social brasileira é marcada por desigualdade de gênero e raça persistente no que tange às oportunidades de emprego e aos ganhos por ocupação, que geram um grande atraso nesse processo de desenvolvimento, afetando grande proporção da população brasileira.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNDA) do ano de 2016, o índice de participação das mulheres no mercado de trabalho inferior à dos homens. Mesmo com a busca incansável em alcançar níveis igualitários aos dos homens no contexto de mercado de trabalho, a taxa de participação dos homens no mercado de trabalho tem superado a taxa de participação das mulheres. Sendo este representado por 74%, enquanto a taxa de participação das mulheres está em 52,8%. O caminho para o desenvolvimento econômico e social de um país começa na superação dessas barreiras impostas por fatores que influenciam na atuação das mulheres na sociedade. Nesta perspectiva, o presente trabalho busca ressaltar a pertinência em desenvolver soluções para tal problema, pois as mulheres ainda têm muitos obstáculos a enfrentar.

Atualmente, há uma vasta extensão de artigos bibliográficos e de pesquisas científicas relacionadas à desigualdade de gênero no Brasil que reforçam discussões sobre o tema. Contudo, os esforços para a mudança desse quadro não têm sido feitos de forma efetiva, o que torna ainda mais evidente a importância de novos estudos na questão da desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

A cada ano que passa, há mais mulheres formando e especializando nas mais diversas áreas na expectativa de ingressarem no mercado de trabalho. Em outras palavras, as mulheres buscam adquirir seu espaço que vai para além de conquistar o tratamento igualitário dentro de uma organização. Dessa forma, esse trabalho irá complementar os conteúdos existentes, trazendo à tona a realidade problemática no município de Lavras - MG.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Terminologias de desigualdade e gênero

Desde início da ideia de construção de vida em sociedade, o homem sempre foi visto como uma esfera de poder ou como pilar de uma sociedade bem organizada. É nesse sentido que a divisão de gênero surge, a partir do momento em que homens e mulheres são incorporados no meio em que vivem também são categorizados e agregados aos seus campos de atuação.

Segundo Santos (2005), a noção de gênero está voltada há uma divisão social que reforça ideia de que as diferenças de gênero são predominantemente de origem sociais e estruturais. Dessa forma, o homem faz parte de uma categoria que o coloca em uma posição de poder social maior do que o da mulher. Em resumo, a divisão social de gênero aparece incorporada às desigualdades inseridas nas estruturas da sociedade.

Por isso a importância de entender como os conceitos machismo e patriarcalismo se instituíram na sociedade e ganhou força como identidade de poder, que classifica os homens nas categorias de liderança e dominação, como um indivíduo superior. Como resultado a este contexto de dominação e poder parte da ideia de sociedade patriarcal. O patriarcalismo é o termo utilizado para representar a autoridade e a supremacia do homem nas relações sociais. O homem patriarcal era aquele que definia os ordenamentos da sociedade de forma absoluta.

Drumont (1980) descreve o machismo como um “sistema de representação-dominação” que, ao longo do tempo, foi amplamente aceito pela sociedade. É algo que deve ser conquistado ou adquirido pelos homens e inserido a eles desde pequenos. Com isso, acaba tornando-se uma ideologia que aponta um modelo de dualidade em sua concepção, pois, de acordo com a autora, o machismo é um elemento que diferencia o caráter do homem e da mulher, ofuscando, assim, as perspectivas que deveriam ter nas relações de atuação dos sexos na sociedade.

O conceito do machismo trouxe uma supremacia à atuação dos homens nos *modos operandi* da sociedade, de modo a colocá-los numa posição de dominação que abre um grande hiato entre os atributos dos homens e das mulheres. De acordo com Drumont (1980), o machismo logrou de sua concepção gerando uma hierarquia entre os sexos, de forma a polarizá-los e instituí-los a um campo de atuação onde o homem é a esfera de controle.

O conceito de gênero foi instituído de modo a trazer uma diferenciação e uma nova designação do termo sexo, ao qual era referido à distinção entre homens e mulheres. Segundo Rodrigues (2005), a divisão do sexo é algo totalmente natural ao ser humano, que essa designação estava intrínseca aos humanos antes mesmos de existirmos. Contudo, o termo gênero foi criado pela sociedade, ou melhor, algo que construído historicamente.

De acordo com Rodrigues (2005, p.179),

Tais conceitos de gênero como culturalmente construído, distinto do de sexo, como naturalmente adquirido, formaram o par sobre o qual as teorias feministas inicialmente se basearam para defender perspectivas “desnaturalizadoras” sob as quais se dava, no senso comum, a associação do feminino com fragilidade ou submissão, e que até hoje servem para justificar preconceitos.

As desigualdades de gênero e raça vêm de uma conjuntura estrutural da sociedade brasileira, a qual tem um histórico extenso de discriminação de ambas vertentes. Essa discriminação interferiu tanto no crescimento como desenvolvimento social do país. As mulheres tinham menos oportunidades de crescer no mundo do trabalho, tanto pelo fato de grande parte delas aceitarem esta condição, como a outra parte que se via sem opções para seu crescimento. Segundo Abramo (2006, p.40),

As desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil que, por sua vez, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social. Por isso, enfrentar essas desigualdades significa tratar de uma característica estrutural da sociedade brasileira, cuja transformação é imprescindível para a superação dos déficits de trabalho decentes atualmente existentes, assim como para o efetivo cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A luta das mulheres sempre esteve voltada por ser reconhecida e valorizada na em sua comunidade, não somente nos ambientes de trabalho, mas também no contexto geral de vida em sociedade. Nesse sentido, elas buscam a igualdade de tratamento, que seja entendida de forma minuciosa, pois há várias particularidades a serem discutidas quando se fala sobre isso. É importante ressaltar que as mulheres buscam a promoção da igualdade através da equidade e, assim, atingirem independência econômica e intelectual. Por isso a relevância de entender o termo igualdade, pois,

[...] a igualdade não pode ser compreendida como um princípio uniformizador que postule reduzir toda a desigualdade entre as pessoas e seus modos de vida. Reconhecer a dignidade moral dos indivíduos, concedendo igual consideração a cada um deles, importa em reconhecer a possibilidade de preferência por diferentes valores e objetivos. Implica também reconhecer que as pessoas não se diferenciam apenas por suas preferências, mas, ainda, por características e circunstâncias pessoais, como condições orgânicas e de saúde, habilidades físicas e mentais, idade, sexo, raça, além de distintos contextos sociais, ambientais, culturais e econômicos. (TEIXEIRA, 2010, p.255).

A ideia de igualdade de direito é fator de extrema importância na representação das mulheres, principalmente nas relações de trabalho entre os gêneros. Quando se fala em igualdade, tem-se que pensar como esse termo afeta a vida das mulheres. De acordo com Teixeira (2010), antes mesmo compreender os ordenamentos jurídicos, que ressaltam a igualdade de direito sem distinção do sexo ou o impedimento do tratamento diferenciado nas relações de trabalho, é preciso entender e avaliar o princípio da igualdade para cada caso, baseando-se no ideal de felicidade e bem-estar dos indivíduos.

3.2 A divisão de classe e a trajetória do trabalho feminino

A divisão de classe social tem certa influência no que diz respeito à discriminação sofrida pelas mulheres, uma vez que a conjuntura histórica social de discriminação começou a partir da divisão de classe estabelecida na sociedade, a qual delimitava e categorizava funções básicas dos homens e das mulheres. Nesse sentido, é importante entender que a estrutura formalizada pela sociedade foi o fator mais limitante da inserção e atuação das mulheres em um contexto social. Como resultado, essa ideia assumiu o papel de dar atribuições aos homens e mulheres, dividindo-os em espaços onde eram denominados “produtivos”, conduzindo-os a cada especificidade.

De acordo com Teixeira (2010), foi determinado que o homem cumprisse o papel de detentor das atividades que a sociedade definiu como espaço privilegiado, uma ocupação de valor, ou seja, todas as atividades que desenvolvem a economia do mercado. Enquanto a mulher, sem qualquer possibilidade de intervir, ficou designada as funções domiciliares, ou seja, ficaram vinculadas à área de economia doméstica.

As mulheres enfrentaram obstáculos para sair dos afazeres estabelecidos pela sociedade, a próxima adversidade a ser conquistada por elas está em enfrentar as suas inserções num mercado de trabalho já dominado pelos homens. Segundo Teixeira (2009), a mulher se inseriu no mercado de trabalho, uma vez que os homens estiveram presentes e agora eles juntamente ocupam estes espaços. A dominação que as mulheres sofrem advém dos mecanismos sociais, dos quais definem a cadeia de comando de uma sociedade, fazendo com que persista fortemente a invisibilidade da mulher no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a divisão de classe social pré-definiu atuação de homens e mulheres na sociedade, perpetrando, assim, uma divisão que trouxe várias repercussões sobre a trajetória das mulheres tanto na vida quanto no acesso ao mercado de trabalho, pois não se acreditava na capacidade das mulheres. Ademais, a sociedade machista colocava barreiras para atuação

da mulher como impasse o nível de capacidade e de desempenho limitados que teriam. Ao mesmo tempo, as mulheres de classe mais baixa possuíam menores chances de encontrarem melhores oportunidades de emprego.

Segundo Teixeira (2009), as identidades dos homens e das mulheres foram sendo construídas e pré-determinadas culturalmente através das suas áreas de ocupações. As mulheres ficaram submetidas a inserir-se nos espaços de trabalho domésticos, enquanto os homens ocupavam espaços de poder com posições de destaque social. Em outras palavras, estes vão construindo suas identidades na sociedade a partir de ambientes pré-determinados culturalmente e, ao mesmo tempo, são inseridos através da classe social a qual pertencem. Teixeira (2009), ainda ressalta que o processo de construção da identidade não pode ser definido somente com base na ocupação em que estabelecem os homens e das mulheres. A autora propõe que esse processo acaba sendo influenciado pelas atuações de ambos na sociedade, como também na reconstrução destas ações geradoras de novos caminhos distintos por meio da interação social.

A distinção de gênero foi a porta de entrada para a definição do enquadramento do trabalho feminino. Depois de instituído o trabalho doméstico às mulheres, este ficou legitimado pela sociedade e aceito como intrínseco ao gênero feminino. Com o passar do tempo, essa colocação foi sendo alterada, a transformação e o desenvolvimento da sociedade trouxeram novas atribuições de trabalho para homens e mulheres. Na primeira revolução industrial houve mudanças no que gerava rendimento na estrutura de desenvolvimento econômico. Tais mudanças afetaram também a mão de obra das mulheres, pois esta passou por uma transição de tarefas, as quais eram consideradas serviços exclusivos das mulheres. O próprio ensino da mulher dentro de casa quando não era voltado para área doméstica, por exemplo, era voltado para atividades de costura e bordado ou crochê.

De acordo com Teixeira (2009), o trabalho doméstico sempre esteve presente na vida das mulheres tanto em seus domicílios quanto em ambientes de trabalho. Mais tarde elas passaram a cumprir outros papéis além dos serviços domésticos. Com base na sua capacidade, as mulheres conseguiram espaços para trabalhar em fábricas têxteis com serviços de costura. Tal trabalho ficou tradicionalmente destinado às mulheres, por conta da excelência participativa destas na fabricação dos produtos têxteis.

No século XVIII, o conhecimento técnico para desempenhar qualquer atividade profissional era a prerrogativa mais importante para estabelecer qualquer divisão de trabalho mediante o sexo. Tal nível de conhecimento era visto somente nos homens. Segundo Teixeira

(2009), no período da Revolução Industrial, as máquinas se tornaram detentoras do mercado como geradoras de renda, o que exigia técnicos capazes de manuseá-las. A partir disso, as mulheres conseguiram seu lugar no mercado de trabalho, porém, as funções concedidas eram de cargos não qualificados e de baixa remuneração. Assim foi estabelecida a divisão do trabalho, pois, de acordo com a prerrogativa da época, a mulher não detinha o conhecimento técnico para atuar com esses serviços, sendo justificável, assim, sua área de ofício e remuneração. Tais acontecimentos fizeram com que as mulheres se unissem e se organizassem na busca de estabelecer relações igualitárias na esfera do trabalho.

3.3 Movimentos feministas e os campos de dominação

O movimento feminista traz consigo a ideia da política representativa, que é a base para uma boa gestão da mudança de visão da sociedade, e por meio dele são expostos os anseios da minoria. Essa representatividade política atua de modo a dar respaldo à grupos de interesses comuns que são excluídos de assuntos políticos. Dessa forma, a política representativa é um meio de dar força ao movimento feminista, pois a representatividade feita especificamente para mulheres foi o fator gerador de impulso as suas reivindicações.

De acordo com BUTLLER(2013, p.24).

No feminismo, parece haver uma necessidade política de falar enquanto mulher e pelas mulheres, e não vou contestar essa necessidade. Esse é certamente o modo como a política representativa funciona e, neste país [a autora se refere ao EUA, os esforços de lobby são virtualmente impossíveis sem recorrer à política de identidade. Assim, concordamos que manifestações, esforços legislativos e movimentos radicais precisam fazer reivindicações em nome das mulheres.

O feminismo é um movimento que expandiu rapidamente e reuniu mulheres de todos os lugares, culturas e raças. Desde o surgimento do termo feminismo em meados do século XIX, houve diversas lutas de grupos de mulheres da sociedade que se reuniam por uma causa única. Segundo Pinto (2010), a vida social das mulheres do século XX estava muito ligada aos dogmas da Igreja Católica, que impediam a mudança de comportamento. O movimento feminista teve uma grande repercussão ao longo da história, trazendo características próprias que devem ser levadas em consideração quando há interesse em compreender sua história e todo o seu arcabouço. Essa característica está ligada à teoria envolvida na defesa do movimento e na militância que o impulsionou.

Sendo um movimento novo para a população feminina, o feminismo serviu de base para várias argumentações que as mulheres de classe média da época tinham para sua defesa.

De acordo com Pinto (2010), o movimento feminista tem suas próprias definições, fundamentações e linha de pensamentos próprios. Essa conciliação de mulheres ativistas com a teoria que elas carregam se deriva do período em que estavam vivendo com o tipo de social militante que essas mulheres eram. Por conta disso, o feminismo do século XX era carregado de mulheres da classe média, que tinham nível de instrução voltado para área de humanas.

O feminismo surge por diversas causas, as quais levaram as mulheres a começarem a discutir e debater entre si sobre a relação e a atuação em sociedade, principalmente no que tange sua relação de convívio com os homens. Segundo Pinto (2010), o feminismo aparece como um movimento de livramento, que não se busca somente o espaço da mulher na sociedade, mas sim uma nova luta que procura formas de integrar homens e mulheres nas mais diversas áreas seja nos ambientes de trabalho, nos de estudo e até mesmo no político. O movimento trouxe para as mulheres a possibilidade de conseguir autonomia para decidir sobre si mesmas e sobre suas ações.

Não se pode deixar de notar que o movimento feminista trouxe diversas discussões e significados para sua ideologia, desde início o tema foi subjugado e mal compreendido pela sociedade. O caminho para o entendimento desse fenômeno social foi bastante turbulento no que tange a aceitação e os estudos mais acentuados do movimento. Além disso,

[...] em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. (CARNEIRO, 2003, p.49).

A designação do feminismo tinha um grande impacto para as mulheres, pois era um movimento que luta por fatores comuns entre elas. Contudo, a denominação do feminismo teve várias discussões no que diz respeito ao significado que o termo tinha para cada mulher, pois a sociedade era diversa, multicultural e multirracial. Butler (2013) ressalta que a partir do momento que se diz que as mulheres são representadas pelo feminismo, e que o feminismo fala por elas, as representa, inevitavelmente surge uma nova discussão sobre o conteúdo descritivo do termo.

O enredo que envolve as especificidades do feminismo é extenso, ele não pode ser definido e categorizado de uma única forma para todos. Nesse sentido, há uma gama de especificidade de cada categoria envolvida entre mulheres. Butler (2013) alega que há

importância em olhar mais profundamente a esta reflexão das especificidades das mulheres, pois quando se fala em um movimento que representa “todos”, o que tem que ser levado em consideração é quem faz parte desse “todo”. Dentre os conglomerados de mulheres, existem, por exemplo, as mães que buscam um contexto específico a elas quando se fala em representação política. Ao mesmo tempo, há mulheres que veem a maternidade como algo comum, que deve ser representado por todas, pelo fato de ser uma condição específica da mulher.

Mas cada vez que essa especificidade é articulada, há resistência e formação de facções dentro da própria clientela que está supostamente unificada pela articulação de seu elemento comum. (BUTLLER, 2013, p.24).

Essas especificidades também estão ligadas à inserção da mulher negra no movimento, o que acarreta mais um novo tipo de representação. A inserção das mulheres negras no movimento feminista é em particular uma vitória, visto que estas há muito enfrentaram dois grandes obstáculos para seu reconhecimento na sociedade. O primeiro está ligado à raça e o segundo ao fato de ser mulher. A mulher negra no movimento feminino traz mais uma nova atribuição de valor e mais força ao movimento. Carneiro (2003) utilizou o termo enegrecimento feminino para representar a ascensão das mulheres negras no movimento feminista brasileiro. Esta analisou as diversas formas de expressão que o feminismo trouxe dentre as várias teorias feministas existentes. O que se fez notar a carência de teorias para inserir o novo segmento e distinguir as fraseologias construídas pela sociedade sobre expressões do feminino.

É de suma importância que sejam abertos espaços para essa nova interpretação do feminismo, pois as mulheres negras fazem parte desse contingente feminino na teoria do feminismo e necessitam de uma maior visibilidade e compreensão nessa teoria.

O movimento feminista em sua própria essência aponta os tipos de dominação que as mulheres tendem a enfrentar. Como resultado de uma sociedade predominantemente machista, o feminismo aborda também a dupla dominação que viria a existir. Pinto (2010) ressalta que o movimento pressupõe uma nova forma de dominação além da que já existe, tem-se a dominação de tradicional de classe estruturada pela sociedade, mas além dela há a dominação dos homens sobre as mulheres, não podendo esta ser representada pela outra, pois os dois tipos de dominação têm características distintas.

A ideia da dominação que a sociedade impôs à mulher está ligada a dois binômios, os quais não fogem do contexto da luta por reconhecimento desta na sociedade, sendo estes a

inclusão e a exclusão. A chegada da mulher nesse meio trouxe inquietações à sociedade organizada. Segundo Pinto (2010), a mulher começa a se tornar visível e entrar na sociedade com a designação de que deve ser controlada por outrem. Em síntese, a mulher entra na sociedade já estruturada, da qual é imposta vários deveres, obrigações e poucos direitos. Além disso, são incluídas ou excluídas de assuntos que lhes afetam diretamente, ou seja, foram atribuídas a elas a permissão ou vedação de atuar livremente na sociedade. Isso remete principalmente ao campo político, pois na esfera pública as mulheres enfrentam obstáculos maiores ainda. Além do partidarismo político, que separa diversos atores públicos, há também a hierarquia e o poder envolvidos no poder público.

Quando se fala na mulher ocupando um espaço na política brasileira, logo se pensa problemas de supremacia que enfrentam nesse meio. A base política é um contexto social que ao longo do tempo adquiriu muita força de atuação, poder e dominação, gerando certa hegemonia dos membros que participam desse círculo. Pinto (2010) corrobora este fenômeno apresentando motivos que reforçam a dificuldade de entrada da mulher na política. No primeiro ponto, a autora ressalta que isso está ligado ao poder hegemônico inquebrável, pois os membros de parlamentos e governos o adquiriram ao longo do tempo. A mulher na estrutura de dominação da sociedade se vê em situação de exclusão. Por outro lado, esse problema vem dos níveis hierárquicos delimitados pela sociedade, como por exemplo, nível de classe social que é mais um fator de exclusão de acesso igualitário aos postos de trabalho.

Em resumo, pretende-se destacar neste trabalho é a imposição de barreiras causadoras de grandes espaços na atuação da mulher na sociedade. Portanto, é nesse sentido que a hierarquia da sociedade acabou por dar mais força às desigualdades de gênero existentes no mercado de trabalho.

3.4 Mulheres no mercado de trabalho: acesso igualitário e parâmetros de discriminação às mulheres

A inserção das mulheres na esfera de ofício profissional levou-as a um grande salto rumo ao reconhecimento perante a sociedade. Desta forma, elas participam de um espaço no mercado de trabalho, que antes não lhes era permitido. Nesse sentido, a inserção de um novo agente nos espaços de trabalho remete em como criar condições concretas para que possam atuar de forma igualitária e indiscriminada, pois se pensados na esfera de mercado, isto está totalmente ligado a níveis de salários entre homens e mulheres.

De acordo com Teixeira (2010), a inserção das mulheres no mercado de trabalho gerou mudança significativa na história. O fato de poder trabalhar fora de casa abriu portas para além do trabalho residencial. No mundo capitalista, o meio de alcançar o reconhecimento está atrelado ao rendimento oriundo da força de trabalho, e a única forma de conquistá-lo é por meio do emprego remunerado. Através dele os indivíduos atendem suas necessidades e se estruturam como um ser em sociedade.

O pertinente nisso é que somente quando o indivíduo se adentra nesse meio percebe o caráter exploratório do mercado de trabalho nas relações de gênero, pois a detenção de poder que o setor profissional carrega afeta o indivíduo de modo a impedir que este tenha oportunidade de se desenvolver pessoalmente e profissionalmente (Teixeira, 2010). No caso das mulheres esse é o primeiro fator que abre portas para o desenvolvimento da discriminação.

A discriminação aparece quando grupos segregados buscam encaixar-se nos mais distintos enquadramentos da sociedade, sejam estes relacionados ao trabalho, fator social ou cultura, e não conseguem se inserir ou se alocar pelo forte poder majoritário de uma classe dominante, fazendo com que isto promova a exclusão social destas partes menores da população. Segundo Abramo (2006), no Brasil as distintas formas de discriminação estão ligadas fortemente aos fenômenos de exclusão social que dão origem à reprodução da pobreza. Estes fenômenos acabam projetando níveis de posições entre as pessoas mais vulneráveis, criando uma grande barreira para estas que acabaram inseridas em grupos discriminados.

Tal situação faz com que sejam criados mecanismos de igualdade de acesso para que essas pessoas possam superar a pobreza e, por fim, ter acesso igualitário aos trabalhos decentes e remunerados. Abramo (2006) ainda ressalta que o problema é bem maior do que se pensa, pois este não é um fenômeno que afetou somente a minorias do Brasil, mas sim grande maioria da população.

A discriminação às mulheres não é percebida somente na questão do gênero no trabalho em si, visto que a sociedade atribuiu à mulher a função de “dona de casa”, além de ser excluída da função de produtividade da sociedade, foi excluída do direito de uma proteção institucional. Atualmente, a mulher que trabalha e tem a intenção de constituir uma família em seu meio social, acaba submetida há uma dupla jornada de trabalho, o que interfere diretamente na sua garantia do acesso igualitário entre os gêneros, como também no nível de oportunidade empregatícia, fazendo com que seus sucessos sejam limitados. A gestação é

algo comum entre as mulheres, porém, não deveria ser considerado como impedimento de sua atuação no mercado. Por esse motivo, devem-se apropriar condições para que as mulheres possam se inserir nesse meio.

Para o argumento feminista sobre a efetiva garantia de acesso igualitário entre os gêneros aos diversos espaços, atividades e posições sociais relevantes, ressalta a preocupação com a responsabilidade e o ônus do cuidado com os filhos em idade pré-escolar, função tradicionalmente desempenhada pela mulher. Essa atribuição importa num ônus social consideravelmente pesado, demandando dos indivíduos dela encarregados intensa dedicação ao longo de todo o dia, diuturnamente, por vários anos seguidos, e, de modo geral, justamente no período em que estão na plenitude de sua capacidade laborativa e no qual teriam maiores chances de sucesso na competição pelo mercado de trabalho e posições sociais de destaque. (TEIXEIRA, 2010, p.260).

Ao longo dos anos, os estudos feitos do contexto social têm trabalhando a noção igualdade e desigualdade, e com o passar do tempo foi necessário trazer novas atribuições a essa temática. Essas terminologias influenciam tanto nos *modos operandis* da sociedade quanto nas atribuições entre os sexos, e como estes são moldados. Segundo Teixeira (2010), a dinâmica social vem constantemente alterando sua visão e percepção sobre os dilemas de igualdade entre os sexos. São feitas diversas avaliações no que tange a condutas coesas e igualitárias entre os sexos, as quais estão ligadas às atividades essenciais para o convívio em sociedade, que moldaram a estrutura geral da atribuição de função dos homens e das mulheres. Sendo assim, é importante definir os direitos e as garantias que a ordem social provê. Os modos como são atribuídos ao homem e a mulher a alocação no ambiente familiar e no acesso ao mercado de trabalho, tornam-se discussão principal nos debates sobre desigualdade entre os sexos.

3.5 Impactos dos níveis de escolaridade e a segmentação ocupacional

É possível notar que as mulheres tiveram grandes avanços em níveis escolarização. De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, as mulheres com escolarização em nível superior completo apresentam um percentual de 12%, enquanto os homens apontam 9.95% da proporção de pessoas por nível de instrução. Contudo, as desigualdades nos tratamentos das relações de trabalho, nos níveis de ocupação e rendimentos ainda são discrepantes. Demais pesquisas feitas no primeiro trimestre de 2018 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA), apontam novos resultados desse quadro, os quais revelam uma pertinência na predominância de homens da população ocupada

em idade para trabalhar em relação às mulheres. Dentre as pessoas ocupadas, verificou-se a predominância de 56,5% de homens ocupados em relação à porcentagem de mulheres ocupadas 43,5%.

A participação de mulheres no mercado de trabalho brasileiro tem-se elevado ao longo dos anos, mas esse aumento não tem acompanhado o nível de participação dos homens. Ramos (2011) ressalta que a trajetória da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro teve um aumento significativo. Contudo, a participação dos homens mesmo sem se alterar, superava a das mulheres, pois estes já se encontravam em níveis mais elevados e assim mantiveram seu patamar de participação. Entre os anos de 2001 e 2005, a participação das mulheres de 15 e 64 anos em idade para trabalhar aumentou de 58% para 63%. Nesse mesmo período, os homens mantiveram sua proporção de participação que era em torno de 85%.

Atualmente, a evasão doméstica para ocupar outras áreas de atuação profissional está bem maior, por conta de necessidades econômicas e sociais das mulheres. Conforme o tempo passa, a exigência de qualificação no mercado de trabalho também muda. Essa transição trouxe mudanças de pensamento da nova geração de mulheres, que buscam qualificação profissional.

Nesse sentido, Teixeira (2009) faz os seguintes questionamentos: as mulheres estão saindo do espaço doméstico por impulsos econômicos e sociais? Ou seja, a transição acontece pelo impulso de aumentar seu rendimento e pela visão inferiorizada que a sociedade tem dos serviços domésticos, ou elas passaram a se enxergar como ser independente capaz de tomar próprias decisões, e ocupar um lugar no mercado de trabalho nas mais diversas profissões, que até então não eram permitidas apenas para os homens? Pode-se dizer que as mulheres estão passando por esta transição por quererem se desenvolver intelectual e economicamente na sociedade?

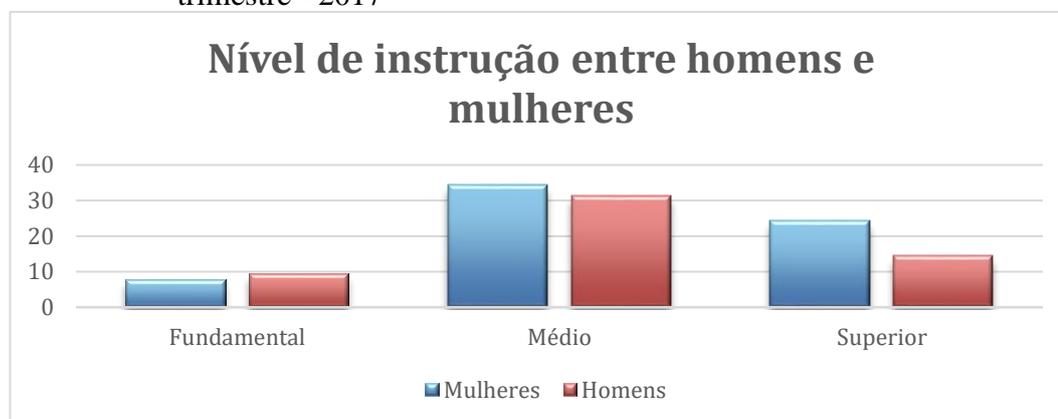
A inserção das mulheres no mercado de trabalho representa ainda uma grande luta, pelo fato de elas adentrarem em um novo espaço de atuação. Segundo Teixeira (2009), a inserção das mulheres no mundo do trabalho não pode ser entendida apenas como uma das formas de conquista de autonomia, liberdade e luta contra a desigualdade de direitos entre os sexos. Ao inserirem-se no espaço de promoção de emprego, as mulheres acabam adentrando em um espaço já dominado pelos homens e com uma exploração que aproveita a mão de obra feminina para serviços que aos homens não competiam. Sendo assim, há dominação tanto na esfera privada como pública. No espaço privado, o controle era mantido através da estrutura

biológica das mulheres, ou seja, através de seus corpos. A dominação era feita de diversas formas, através da desigualdade de rendimentos e desvalorização do trabalho feminino, essas formas de dominação se apoiavam fortemente no sistema capitalista que controlava os meios de produção (TEIXEIRA, 2009).

Nos últimos anos, foi possível observar mudanças significativas nos níveis de escolaridade da população, no que tange a diminuição da porcentagem de pessoas com menos tempo de escolaridade e no aumento de pessoas com níveis superiores de escolaridade. Abramo (2006) afirma que nos estudos feitos na (População Economicamente Ativa) (PEA) foi relatado o aumento do tempo de estudo da população. O estudo relatou que, das pessoas que estudaram menos de quatro anos, teve uma redução de 35% para 24% e as demais que tinham mais de oito anos de estudos aumentou de 33% para 47%. Contudo, foram observadas diferenças relevantes em relação ao gênero. Esses avanços beneficiaram homens e mulheres, porém o nível de escolaridade das mulheres é superior a dos homens, logo, as desigualdades de gênero não se reduziram.

Há várias pesquisas e estudos que remetem à comparação do nível de instrução da população ocupada com a taxa de participação de ambos os sexos no mercado de trabalho brasileiro. Os resultados gerais das pesquisas demonstram que a desigualdade de gênero e raça não se justifica pelo nível de escolaridade dos sexos. Em 2017, foi feita uma nova pesquisa pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNDA do censo do IBGE, quanto à proporção do nível de instrução entre homens e mulheres. De acordo com o resultado da pesquisa, do total de mulheres trabalhadoras, apenas 24,3% têm o ensino superior completo, enquanto entre os homens ocupados a porcentagem era de 14,6%.

Gráfico 3.1 – PNAD indicadores do nível de instrução entre homens e mulheres no 4º trimestre - 2017



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, DPE, 2017

Não somente os níveis de escolaridade há demais fatores que afetam diretamente a desigualdade no nível de rendimento entre homens e mulheres. Há vários fatores sociais que salientam essa discrepância no valor da remuneração geral entre homens e mulheres de raças distintas. Abramo (2006) ressalta que um dos principais argumentos da sociedade para elucidar a distinção dos salários entre negros e brancos, e usar como justificativa plausível, é o nível inferior de escolaridade dos negros em relação ao nível de escolaridade dos brancos. Esse tipo de argumentação traz pensamentos inquietantes, visto que negros e brancos vivem em uma mesma sociedade e estes têm tratamento desigual.

É nesse sentido que Abramo (2006) ressalta que o fator de nível de instrução ou escolarização não é suficiente para explicar a diferença de rendimentos entre eles. Para além do fator de discriminação, fatores como os mecanismos de segregação ocupacionais baseados na raça/cor das pessoas estão fortemente ligados a essa discrepância salarial.

Por tais motivos, é de suma importância ressaltar o termo da isonomia salarial. A isonomia é um termo jurídico usado para definir que todos são governados pelas mesmas leis. Nesse sentido, a isonomia, quando associada a outros termos, traz novas terminologias que corroboram o contexto estudado. Demasceno (2004) faz essa associação trabalhando os princípios de atuação no mercado de trabalho, um deles é o princípio da isonomia salarial. O princípio da isonomia salarial, quando associado a uma norma imperativa, estabelece num contrato de trabalho a igualdade para cada indivíduo, sem distinção de sexo. Numa relação de trabalho é de suma importância a questão da distribuição salarial, por isso a necessidade de tratar os desiguais de forma igualitária conforme é estabelecido nas leis da sociedade evitando assim as formas de discriminação. Ao mesmo tempo, tais condutas não devem ser feitas de modo a impor uma igualdade salarial que desqualifique a atuação dos empregados, mas sim para impossibilitar que sejam mantidas formas de abuso de poder detido ao empregador e, assim, evitar possíveis situações de discriminação.

A participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro não se altera levando em conta somente o nível de escolaridade das mesmas, mas a condição social estabelecida pela sociedade afeta fortemente o nível de oportunidade de participação de mulheres em âmbito profissional. O país possui divisões de classes sociais que definiu em qual quadrante cada parcela da população se encaixa.

Pode-se dizer que o nível de participação da mulher no mercado de trabalho está totalmente ligado à classe social que elas se encontram. Pois, o acesso à educação, à saúde e aos postos de trabalho são mais escassos para as mulheres que se veem numa classe social

mais baixa, afetando, assim, sua posição na cadeia social e como as oportunidades de trabalho chegam até elas. Todos esses fatores estão atrelados aos condicionantes de vida em sociedade. Segundo Abramo (2006), mesmo com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, ainda é possível observar uma forte diferença em relação a dos homens. A taxa de participação das mulheres de classe baixa e com menos escolaridade tem se mostrado bem deficitária perto da taxa de participação das mulheres escolarizadas, e isso é um fator limitante na inserção das mulheres no mercado de trabalho, representando assim o hiato existente entre elas mesmo para alcançar o mesmo fim.

Ademais, fatores como a segmentação ocupacional, ou seja, as ocupações informais, sem qualificação, com baixa remuneração e de condições precárias, afetam fortemente o quadro de desigualdade ocupacional por gênero. Abramo (2006) faz uma análise em termos de gênero, no que tange a ocupação de serviços informais, e chega à conclusão de que grande parte da população brasileira tem ocupações em situações precárias. Nessa análise, o número de mulheres com serviços precários é superior ao número de homens, mostrando que 61% das ocupações eram preenchidas por mulheres e 54% por homens.

No Brasil, uma boa parcela da população feminina tem ocupações em segmentos mais precários por conta da condição social em que vive. Os vários fatores de exclusão social fazem parte desse problema. Segundo Abramo (2006), uma grande parte da população feminina está inserida em segmentos precários do mercado de trabalho, muitas dessas mulheres são ocupadas, mas não têm remuneração. A porcentagem de mulheres trabalhando no serviço doméstico é 18%, enquanto a porcentagem de mulheres ocupadas e sem remuneração é 15%, ou seja, representam 33% do total de mulheres que trabalham com serviços domésticos e que não recebem nenhum tipo de remuneração pelo seu trabalho. Além deste problema, somente 27% do total de mulheres ocupadas estão registradas e com carteira assinada. Logo, esta é a parcela de mulheres que não detém nenhum direito previsto na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

A distribuição desigual das oportunidades no mercado de trabalho advém da estrutura excludente da sociedade, que limita ou impede aos indivíduos o acesso igualitário aos postos de trabalho, sendo mais desproporcional ainda para as mulheres exatamente pela ordem hierárquica existente entre os gêneros e entre as raças, afetando a condição econômica e social desses indivíduos. Segundo Quadros (2004), essa dificuldade de acesso aos campos de trabalho melhor remunerados vem da desigualdade de oportunidade de acesso que estes segmentos ocupacionais enfrentam. As barreiras que delimitam o nível de oportunidade de

acesso estão ligadas à condição socioeconômica do indivíduo. Por isso, entre os dois segmentos mais básicos (homens e mulheres), as mulheres negras são mais afetadas por essa desigualdade de acesso aos postos de trabalho.

4 METODOLOGIA

4.1 Caracterização da pesquisa

O fenômeno que se pretende estudar é a predominância da desigualdade de gênero no mercado de trabalho. O objeto de estudo analisado é a manifestação da desigualdade de gênero no mercado de trabalho de Lavras - MG. Por conta disso, a pesquisa apresentada classifica-se com uma abordagem quantitativa.

De acordo com Esperón (2017), a pesquisa quantitativa faz a coleta de dados e os analisam sobre as variáveis. Com base nisso é possível identificar a natureza da realidade estudada, as relações com o sistema e a estrutura dinâmica em que é envolvida. Além disso, a autora explica que a abordagem qualitativa pode determinar a correlação entre as variáveis, a generalização e qual é o objetivo dos resultados demonstrados de uma população. Dessa forma, pode-se fazer interferências eventuais de forma fortuita para elucidar se as coisas acontecem de forma determinada ou não.

O uso dessa abordagem permite analisar e compreender de forma minuciosa e quantificada em que proporção é percebida a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, possibilitando que sejam feitas as comparações e associações das várias formas da manifestação da desigualdade de gênero.

Quanto ao objetivo, esta pesquisa se caracteriza como tanto como pesquisa explicativa quanto como descritiva. De acordo com Silva (2015), a pesquisa descritiva contempla aspectos que são usados como respaldo para o conteúdo ao trabalho sendo estes a descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, tendo como objetivo análise da situação presente. Zanella (2011) ainda completa que a pesquisa descritiva busca conhecer a realidade estudada, visando às características que apresenta e os problemas que permeiam esta realidade.

Esta pesquisa também pode ser considerada como explicativa, pois esta explica o motivo pelo qual circunstância as ocorrências de cunho social ou natural acontecem, ou seja, ela busca concentra-se na identificação dos fatores que delimitam os fenômenos, esta pode contribuir na ampliação dos resultados (ZANELLA, 2011).

4.2 Coleta de dados

O procedimento para a coleta de dados desta análise foi a partir dos recursos informacionais via internet, de censos demográficos e pesquisas de indicadores sociais e dados obtidos pelas fontes de pesquisas estatísticas, sendo estas: (IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (PNAD) Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio e o (IMRS) Índice Mineiro de Responsabilidade Social da Fundação João Pinheiro. Os instrumentos de pesquisas utilizados trazem dados relevantes para este trabalho, pois abordam, de forma sistemática e completa, estudos e resultados de indicadores sociais e dados estatísticos que podem corroborar a pesquisa.

4.3 Análise de dados

Com base nas informações fornecidas pelos instrumentos citados acima, foram apresentados dados entre estatísticos descritivos de Lavras e do Brasil entre os sexos, dos seguintes indicadores:

O nível de escolaridade; o número de horas de trabalho semanais entre os sexos; amostra da população economicamente ativa e não economicamente ativa amostra da situação de ocupados; proporção de pessoas que trabalham na área doméstica; proporção de pessoas ocupantes de cargo de diretoria e gerencia; nível de frequência escolar; nível de escolaridade; taxa de conclusão de ensino médio completo; ensino superior incompleto e superior completo por raças; número médio de horas nos afazeres domésticos, por sexo, separados dos afazeres domésticos e cuidados infantil; número médio de horas combinados no trabalho remunerado e no trabalho doméstico não remunerado (carga total de trabalho), por sexo; taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo; proporção de ocupados que são trabalhadores por conta própria, por sexo; proporção de ocupados que são empregadores, por sexo e pôr fim a proporção de ocupados que trabalham por tempo parcial.

Os indicadores citados acima podem servir de base para elucidar em quais parâmetros a desigualdade de gênero é percebida, em quais destes ela apresenta resultados mais alarmantes e em quais indicadores os resultados apresentam-se mais atenuantes. Estes indicadores podem ser caracterizados como condicionantes da permanência e predominância da desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

A análise dos dados foi feita entre os anos de 2010 a 2017 a fim de analisar se mesmo com as transformações sociais, que ocorreram durante esse período, as desigualdades de

gênero persistem e em que fatores ela se manifesta. Ou seja, se houve mudança entre tais anos no que tange os condicionantes que implicam na permanência da desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho do município de Lavras – MG em comparação com o Brasil.

A delimitação do tempo foi escolhida conforme foram feitas as divulgações dos dados nos sistemas. Os dados do IBGE são coletados a cada dez anos, por conta dessa limitação os dados foram analisados tanto com base no ano de 2010 quanto no de 2017 de outros instrumentos de divulgações de informações estatísticas. Ou seja, dados que não foram obtidos em um censo, podem ter sido obtidos em outros. Portanto, com base nesses nessa análise de dados, buscou-se identificar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no contexto de tratamento desigual no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, também buscou-se identificar como se manifesta a desigualdade de gênero no mercado de trabalho de Lavras.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Análise de dados por sexo do município de lavras-MG de 2010-2017

Considerando os problemas sociais que afetam o desenvolvimento do país, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o PNDA (Pesquisa Nacional de Amostra por domicílio) e o IMRS (índice Mineiro de Responsabilidade Social) fazem o levantamento de dados estatísticos, analisam e divulgam tais dados a fim de elucidar informações que possam ser usadas como comparativos de indicadores e índices, os quais serviram de base para a análise deste trabalho. Nesse sentido, serão apresentados abaixo gráficos e tabelas que apresentam informações concretas do município de Lavras e do Brasil para posteriormente ser realizada uma análise comparativa entre eles.

Conforme descritos na metodologia do trabalho, serão analisados dados dos anos de 2010 a 2017 a fim de analisar se mesmo com as transformações sociais, que ocorreram durante esse período, a desigualdade de gênero persiste e em que fatores ela se manifesta. Em outras palavras, se houve mudanças entre tais anos no que tange os fatores relacionados à desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho do município de Lavras – MG em comparação com o Brasil.

Conforme o censo do IBGE de 2010 da população economicamente ativa do município de Lavras, a tabela abaixo demonstra o índice do número de pessoas trabalhando no período de estudo de 2010.

Tabela 5.1.1 - Número de pessoas economicamente ativa com 10 anos ou mais de idade aptos a trabalhar do município de Lavras – 2010.

SEXO	NÚMERO DE PESSOAS
Total	44.165
Masculino	26.268
Feminino	20.907

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2010)

Conforme o IBGE o termo população economicamente ativa (PEA) é um conceito dado para população que se encontra inserida no mercado de trabalho ou busca se inserir em alguma atividade remunerada. Esta é uma medida usada para medir e averiguar os indicadores sociais e econômicos de um país.

Conforme o último censo do IBGE de 2010, Lavras têm uma população estimada de 92.200 pessoas. Desse total, 51,16% são economicamente ativos.

A tabela acima demonstra uma predominância da participação masculina no mercado de trabalho em relação à participação feminina. O número de homens que participam da população economicamente ativa é de 26.268, enquanto 20.907 é de mulheres. Portanto, as mulheres apenas representam 22,67% da população economicamente ativa, e os homens representam 28,49%. Sendo assim, é possível observar que há uma predominância da taxa de participação de homens no mercado em relação a das mulheres. Tal fator demonstra o caráter de desigualdade do sistema do mercado de trabalho. Já no índice da população não economicamente ativa, as mulheres estão em maioria comparados aos homens.

Tabela 5.1.2 - Número de pessoas economicamente inativa com 10 anos ou mais de idade apta a trabalhar do município de Lavras – 2010.

SEXO	NÚMERO DE PESSOAS
Total	33.498
Masculino	12. 635
Feminino	20.863

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2010)

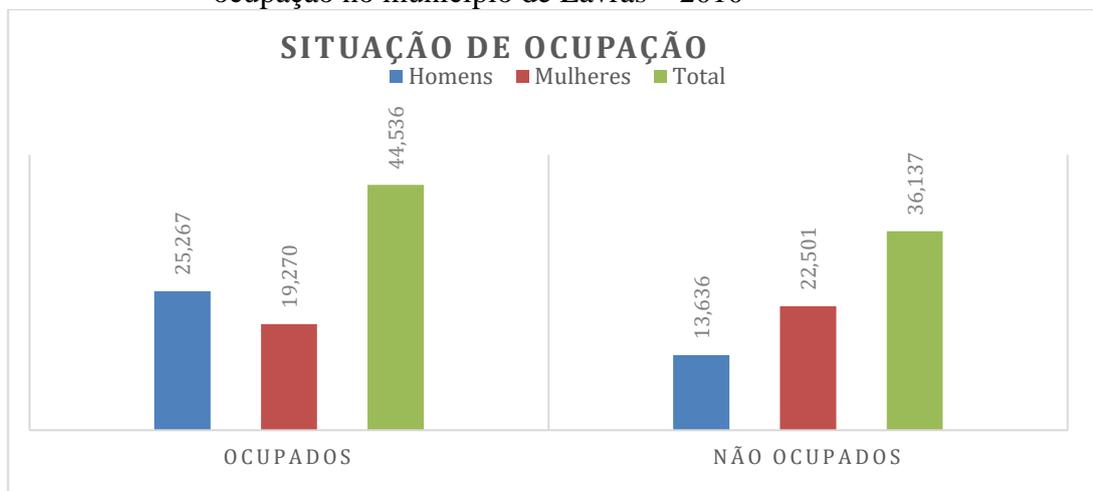
Na Tabela 5.1.2, pode-se observar o número total de mulheres, que fazem parte da população economicamente inativa, está em torno de 20.863. Já o número de homens economicamente inativos é apenas de 12.635. Pode-se dizer que as mulheres representam 21,86% da população economicamente inativa e os homens 13,7%. Já o termo não economicamente ativo ou economicamente inativo representa a população que não está inserida no mercado de trabalho e que não busca nenhuma atividade remunerada, como por exemplos: crianças menores que 10 anos, donas de casa que exercem apenas funções domésticas não remuneradas, estudantes que não trabalham, dentre outros.

Pensando nessa perspectiva como lembra Abramo (2006), o nível de participação das mulheres mercado de trabalho e dentre outros fatores que interferem na busca da igualdade de gênero, está totalmente ligado também à classe social em que elas se encontram. Fatores como acesso à educação, à saúde e aos postos de trabalho são mais escassos às mulheres que se veem numa classe social mais baixa, afetando, assim, sua posição na cadeia social e como as oportunidades de trabalho chegam até elas. Segundo Abramo (2006), mesmo com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, ainda é possível observar uma forte diferença em relação à taxa de participação dos homens, aumentando o quadro de desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho.

O Gráfico 5.1.1 apresenta dados de uma amostra da situação de ocupados e desocupados da população do município de Lavras. Sendo população ocupada, de acordo com o IBGE, pessoas que em determinado período trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, por conta de licença maternidade ou férias). As pessoas ocupadas são classificadas em: empregados, pessoas que trabalham por conta própria, empregadores e não remunerados.¹ Já a população desocupada é composta de pessoas que não tinham trabalho, mas estão dispostas a trabalhar e por isso tomam providências buscando alguma atividade remunerada.

¹ Conforme o IBGE as pessoas ocupadas são classificadas em: empregadas sendo aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais; conta própria sendo aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício sem empregados; empregadores são aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados e não remunerados as pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>. Acesso em 01 jul. 2019

Gráfico 5.1.1 – Número de pessoas com 10 anos ou mais de idade na situação de ocupação no município de Lavras – 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2010)

Conforme o gráfico acima, as desigualdades de gênero podem ser percebidas nos mais diversos campos de análise. O Gráfico 5.1.1 demonstra que no caso da população ocupada as mulheres estão em menor proporção que os homens, sendo estas representadas por 19.270 pessoas ocupadas e os homens 25.267 de pessoas ocupadas. Já a proporção de pessoas não ocupadas a situação é inversa. Neste caso, as mulheres estão em maior proporção que os homens, sendo estas representadas 22.501 dessa população e os homens 13.636 da população não ocupada.

Tabela 5.1.3 – Amostra de pessoas com 10 anos ou mais de idade que trabalham com serviços domésticos, por sexo, do município de Lavras – 2010

SEXO	NÚMERO DE PESSOAS
Total	3.924
Masculino	65
Feminino	3.859

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2010)

A tabela acima exhibe a amostra de pessoas do município de Lavras que trabalham com serviços domésticos, visto que a evolução histórica das mulheres se embasa no tipo de emprego que era associado a elas. É importante analisar se realmente houve alguma mudança dos serviços destinados as mulheres.

A tabela 5.1.3 relata que do total de pessoas que trabalham com serviços domésticos no município, 65 pessoas são do sexo masculino, enquanto que as mulheres representam 3.859 pessoas que trabalham com este serviço. Assim, é possível perceber que há uma predominância de mulheres que trabalham com serviços domésticos no município.

Atualmente, as mulheres têm buscado fazer a transição da área doméstica para as mais diversas áreas de atuação do mercado de trabalho. Segundo Teixeira (2009), essa mudança acontece pelo impulso de aumentar seu rendimento a fim de se tornar um ser independente capaz de tomar próprias decisões e ocupar um lugar no mercado de trabalho nas mais diversas profissões. Pode-se dizer que as mulheres estão passando por esta transição por quererem se desenvolver intelectual e economicamente na sociedade. Contudo, a desigualdade na atuação de homens e mulheres na área doméstica é visível por este tipo de trabalho ter sido historicamente destinados às mulheres.

Para analisar se as mulheres conseguiram seu espaço no mercado de trabalho é necessário analisar se estas conquistaram os mais diversos campos de atuação do mercado de trabalho. Com esta finalidade, a tabela abaixo demonstra em dados numéricos a inserção das mulheres nos cargos mais altos considerados de comando, como o de gerência ou diretoria. Contudo é importante entender a diferença entre esses cargos.

A posição de gerente remete aquele vai gerir alguma empresa ou organização, este fica incumbido de estabelecer os processos necessários para que haja o cumprimento das atividades por parte dos funcionários. São responsabilidades do gerente: a gestão, cuidado com pessoas, desenvolvimento de ferramentas e meios para se alinhar aos processos da organização. Já o diretor é aquele que dirige a empresa ou organização e que da orientação aos gerentes nas tomadas de decisão. São responsabilidades do diretor: acompanhamento do mercado, definição da estratégia e avaliação de cenários (RODRIGUES, 2006).

Tabela 5.1.4 – Amostra de pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupantes de cargos de gerência e diretoria do município de Lavras – 2010.

SEXO	NÚMERO DE PESSOAS
Total	1.414
Masculino	883
Feminino	531

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2010)

Visto que nos últimos anos as mulheres têm saído do contexto de dona de casa e se inserido nas mais diversas áreas do mercado na busca de igualdade no contexto empregatício, percebe-se que no município de Lavras ainda há uma predominância de homens ocupantes de cargos na gerência e diretoria. Numericamente, 883 dos cargos analisados no município é composto por homens, contrastando-se com as mulheres que ocupam apenas 531.²

Outro ponto de extrema relevância é a questão do tempo que a mulher se dedica ao trabalho em prol de seu crescimento pessoal, intelectual e econômico. De acordo com Consolidação das Leis trabalhistas (CLT), o trabalhador tem uma jornada de trabalho normal de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais (BRASIL, 1943). Pensando nisso, a tabela abaixo apresenta as amostras do número de pessoas que trabalham neste período de tempo.

Tabela 5.1.5– Amostra de pessoas com 10 anos ou mais de idade que trabalham 40 a 44 horas habitualmente trabalhadas por semana, do município de Lavras – 2010

SEXO	NÚMERO DE PESSOAS
Total	23.966
Masculino	14.525
Feminino	9.441

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2010)

De acordo com a tabela 5.1.5, os homens representam 14.525 pessoas que trabalham por tempo integral e as mulheres 9.441 pessoas que trabalham as mesmas horas semanais. Sendo 5.084 homens a mais que fazem parte desse contingente. Dentre os fatores que fazem com que esta desigualdade persista, a dupla jornada de trabalho que é submetida às mulheres interfere diretamente na garantia do acesso igualitário ao mercado de trabalho e, ao tempo, que poderão se dedicar ao mesmo, fazendo com que seus sucessos sejam limitados.

Outro ponto relevante é a questão do acesso à educação da população, uma vez que as pessoas ao se dedicarem aos estudos terão mais chances de adquirir um bom emprego no mercado de trabalho. Pensando nisso, é importante analisar os índices de escolaridades entre homens e mulheres, para que se possa analisar tal fator como justificador ou não da

² O site do IBGE não demonstrou separadamente o número de cargos de gerência e o número de cargos de comando, ou seja, o valor aqui expresso é o total dos dois cargos.

desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho. A tabela abaixo expõe os dados do censo de 2010.

Tabela 5.1.6– Amostra de pessoas com 10 anos ou mais de idade que frequentavam a escola, por sexo no município de Lavras – 2010

SEXO	NÚMERO DE PESSOAS
Masculino	8.891
Feminino	9.541

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2010)

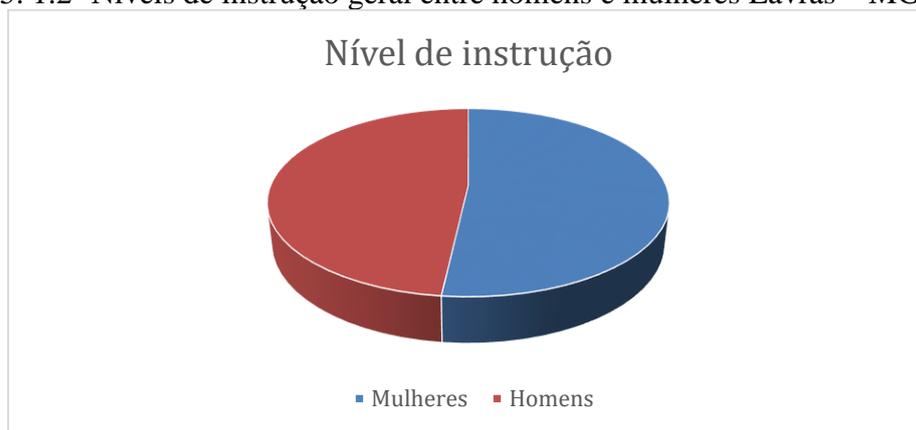
Nesta amostra de frequência escolar, os homens representam 8.891 e as mulheres 9.541 das pessoas que frequentavam a escola. É possível observar que há uma predominância de mulheres que frequentavam a escola em relação aos homens. Mesmo sabendo que num contexto geral do Brasil o fator de acesso à educação ainda tem barreiras a enfrentar, o município mostrou bons resultados. Provavelmente, essa decorrência se deve à Lavras ser conhecida como a cidade das escolas, pois o município possui uma boa estrutura educacional e uma grande rede escolar. Tal dado é demonstrado apenas para corroborar a análise como base de uma pesquisa, por isso o gráfico 5.1.2 demonstra como a questão de escolaridade interfere na desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

Conforme o censo de 2010 do município de Lavras foi apresentado os níveis de instrução geral entre homens e mulheres, tais resultados revelam que as mulheres têm superados os homens, mesmo que em pequena proporção em nível de instrução. O nível de instrução³ apresentado pelo IBGE contempla os seguintes níveis de escolaridade: Sem instrução e fundamental incompleto, fundamental completo e ensino médio incompleto, ensino médio completo e ensino superior incompleto e não determinado.

De acordo com os dados do último censo de 2010, quanto ao nível de instrução da população, do total de pessoas instruídas 80.674 no município, 38.903 são homens e 41.771 são mulheres.

³ O nível ou grau de instrução representa o nível de escolaridade que determinado indivíduo possui, indicando as etapas de estudo que foram iniciadas ou concluídas. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/grau-de-instrucao/>>. Acesso em: 02 jul.2019.

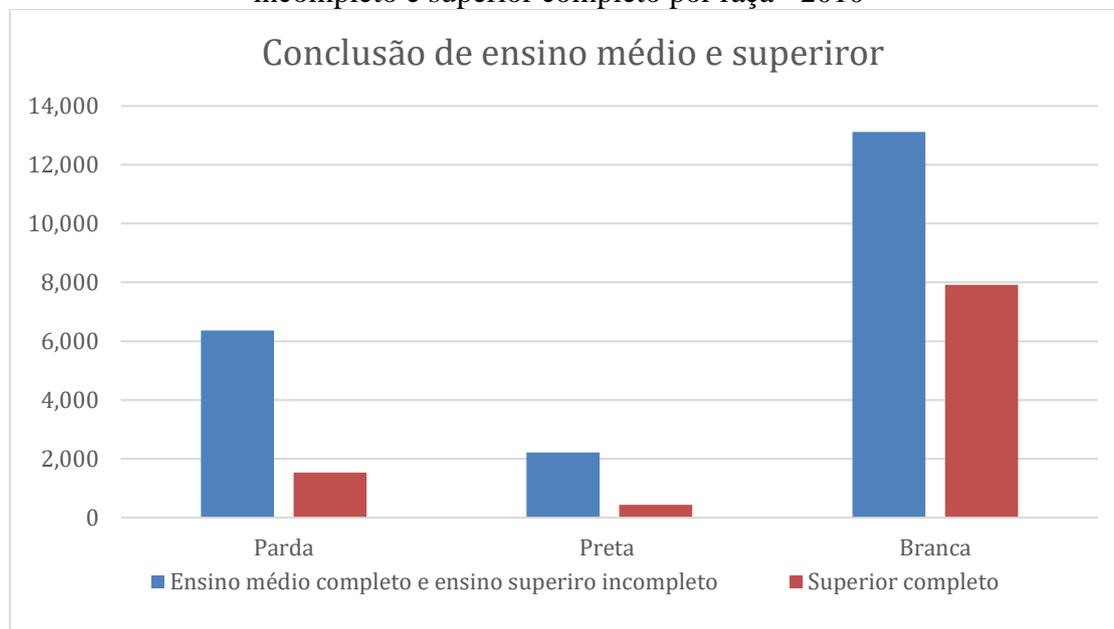
Gráfico 5. 1.2- Níveis de instrução geral entre homens e mulheres Lavras – MG - 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2010)

Ainda que as mulheres possam alcançar os mesmos níveis de conhecimento e nível de instrução dos homens, elas não conseguem se equiparar da mesma forma no contexto de mercado de trabalho. Podendo, assim, observar que há uma desigualdade de oportunidades de emprego no município de Lavras.

Gráfico 5.1.3 – Taxa de conclusão de ensino médio completo, ensino superior incompleto e superior completo por raça - 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2010)

Conforme o Gráfico 5.1.3 as taxas de conclusão de ensino médio completo e ensino superior incompleto e completo da população preta e parda são claramente inferiores às taxas de conclusão da população branca. A população preta representa 2.214 pessoas que tem o

ensino médio completo e superior incompleto e a população parda representa 6.365 dessa mesma população. Somados à população preta e parda representam 8.579 pessoas com ensino médio completo e ensino superior incompleto. Já a população branca representa 13.114 pessoas com ensino médio completo e superior incompleto. Dividindo o número de pessoas pardas com ensino médio completo e superior incompleto pelo total de pessoas pardas 7.894, o resultado é de 0,806, isso quer dizer que estas pessoas estão subrepresentadas. Da mesma forma se dividir o número de pessoas pardas com ensino superior completo pelo total de pessoas pardas, o resultado é de 0,193, o que também representa uma subrepresentação.

No outro polo, a taxa de conclusão do ensino superior para população preta e parda, é representada também é inferior comparada a população branca. A população preta representa 439 pessoas com superior completo e a população parda é representada por 1.529, somados correspondem a 1.968 dessa proporção. Do outro lado, já a população branca chega a 7.915 pessoas com ensino superior completo.

A população preta ou parda não chega à metade comparada com a população branca, por isso a necessidade de facilitar o acesso à educação para toda população. Fatores como inclusão e exclusão social são os principais causadores dos desnivelamentos existentes entre as raças. Os dados dispostos acima são gerais, homens e mulheres da cor preta e parda são mais afetados pelo contexto desigual de acesso da sociedade e neste caso é mais agravante para as mulheres.

Sabe-se que somente o nível de escolaridade entre homens e mulheres não é suficiente para justificar a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. No entanto, o acesso à educação afeta fortemente a inserção das mulheres no mercado de trabalho ao mesmo tempo. De acordo com dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) - 2016 o município de Lavras perpassa por questões sociais que estão ligadas ao fator de desigualdade de gênero.

No que tange a educação, mesmo o município tendo uma boa porcentagem de atendimento à educação básica, os esforços orçamentários em atividades de educação podem não ser suficientes para gerar a qualidade educacional necessária para a população. A participação dos gastos orçamentários apresentados nas prestações de contas anuais (PCA) das subfunções do ensino fundamental, ensino médio, ensino profissional, ensino superior, ensino infantil, educação de jovens e adultos é de apenas 20,24%. Ou seja, é utilizada uma pequena porcentagem do recurso destinado a essa área, o que pode afetar o desempenho dos

esforços em redes escolares e o nível percentual da área de educação, afetando assim o acesso otimizado a este.

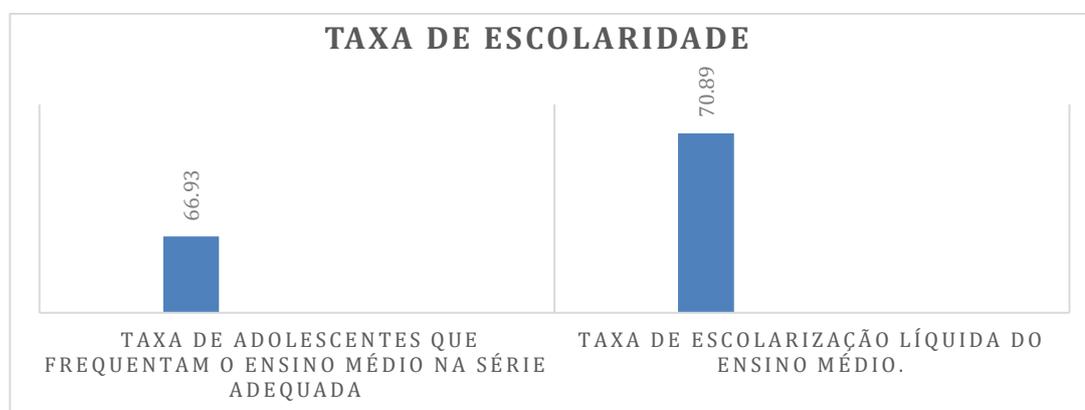
Todo município tem um sistema que faz o cadastramento da população que vive em situação de vulnerabilidade. Um deles é o Cadastro Único que de acordo com o Ministério da Cidadania é um instrumento usado pelo governo para identificar cadastrar e medir o número de famílias de baixa renda, podendo assim ter uma base de dados mais completa da situação socioeconômica de um município.

O percentual de pessoas pobres e extremamente pobres no Cadastro Único do município de Lavras chega a 64,43%, ou seja, há um grande contingente de pessoas que dependem da bolsa família, sendo estas representadas por 3.908 famílias beneficiadas pela Bolsa Família no município. Ao mesmo tempo o percentual de pessoas em idade produtiva (18 a 64 anos) sem ocupações pobres e extremamente pobres no Cadastro Único chega a 45,90% desse parâmetro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) - 2016

Com base nisso, o IMRS 2016 divulgou o seguinte dado: o município de Lavras ainda tem famílias que vivem em situação vulnerável e com uma remuneração muito baixa, sendo o número de famílias no Cadastro Único com renda per capita até 1/2 salário mínimo representados por 9.914 famílias em situação de vulnerabilidade.

Visto que o nível de escolaridade é um dos fatores relacionados a desigualdade gênero, o gráfico abaixo ilustra dados da proporção da taxa de escolarização de adolescentes do ensino médio, que servirá de base para corroborar a pesquisa.

Gráfico 5.1.4 – Taxa de escolarização de adolescentes do ensino médio em porcentagem – IMRS - 2016



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IMRS (2016)

No quesito de escolaridade, o município de Lavras tem uma média na taxa de adolescentes que frequentam o ensino médio na série adequada, sendo representada por 66,93% da população. Ao mesmo tempo, possui uma taxa de escolarização líquida do ensino médio de 70,89%. Ou seja, a taxa de escolarização apresenta um déficit de quase 30% da população que não conclui o ensino médio

Nesse sentido, Abramo (2006) defende que as distintas formas de discriminação estão ligadas fortemente aos fenômenos de exclusão social que dão origem à reprodução da pobreza. Fazendo com que sejam projetados níveis de posições entre as pessoas mais vulneráveis, criando uma grande barreira para essas pessoas que acabaram inseridas em grupos discriminados. Por isso, é necessário que sejam criados mecanismos de acesso para esses grupos segregados, para que eles possam superar a pobreza e ter acesso igualitário aos trabalhos decentes e remunerados.

5.2 Análise de dados e indicadores da desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho do Brasil, 2010 a 2018.

No contexto geral do Brasil, a desigualdade de gênero existe em vários campos de trabalho. Pensando nisso, esta análise perpassa por vários parâmetros de pesquisa, os quais serão comparados para demonstrar e salientar os fatores que manifestam a desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

O primeiro ponto a ser ressaltado como pressuposto de análise é a proporção de pessoas economicamente ativas do Brasil por sexo, que mais tarde será comparado com os resultados de pesquisas atuais.

Tabela 5.2.1 – Proporção de pessoas economicamente ativa, por sexo - 2010

População Economicamente Ativa	
Sexo	Número de pessoas
Total	91.548.924
Homens	51.678.548
Mulheres	39.870.376

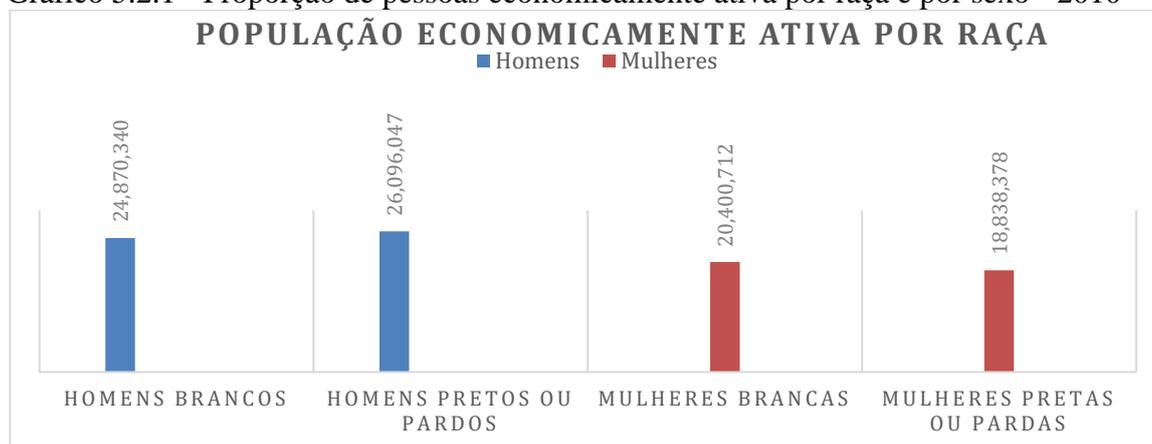
Fonte: Elaboração própria partir dos dados do IBGE (2010)

Conforme a Tabela 5.2.1, mais de cinquenta mil dessa população é composta por pessoas do sexo masculino que são economicamente ativas, sendo este representado por

51.678.548 e as mulheres por 39.870.376 pessoas. Percebe-se que há uma predominância de homens participando do mercado de trabalho em relação as mulheres.

No gráfico abaixo estão abordados dados da população economicamente ativa por sexo entre gênero e raça.

Gráfico 5.2.1 - Proporção de pessoas economicamente ativa por raça e por sexo - 2010



Fonte: Elaboração própria partir dos dados do IBGE (2010)

Conforme o Gráfico 5.2.1, os homens brancos representavam 24.870.340 e os homens pretos ou pardos 26.096.047 de indivíduos na população economicamente ativa. Nesta pesquisa, a população de homens pretos ou pardos demonstrava melhores resultados comparada com os homens brancos. Em outro quadrante, as mulheres brancas representavam 20.400.712 pessoas da população economicamente ativa no período de 2010, já as mulheres pretas ou pardas representavam 18.838.378 dessa mesma população. De fato as mulheres em geral têm menores números comparados com os homens. Contudo, para as mulheres negras a desigualdade é ainda maior se comparadas com os homens e com as mulheres brancas. Tal situação demonstra uma dupla discriminação do mercado de trabalho.

Tabela 5.2.2 - Taxa de conclusão do ensino superior, por sexo – 2012

Pessoas entre 27 a 30 anos					
Total (Brasil)		Sexo			
Total 1000 (pessoas)	Ensino Superior	Homens		Mulheres	
Valor Absoluto	Taxa	Valor Absoluto	Taxa	Valor Absoluto	Taxa
9619	15,5	4680	11,9	4939	19,0

Fonte: Elaboração própria partir dos dados do IBGE (2012)

A tabela acima apresenta dados referentes a taxa de conclusão do ensino superior da população geral do país em 2012, sem distinção de cor ou raça. Como no município de Lavras, percebe-se que no Brasil quando se fala em nível de instrução entre os sexos as mulheres têm tido melhores resultados que os homens. No período analisado a taxa de conclusão do ensino superior entre homens é de 11,9% e o das mulheres é de 19%, ou seja, 7,1% a mais para as mulheres.

Tabela 5.2.3 - Taxa de conclusão do ensino superior, por sexo, população branca - 2012

Pessoas entre 27 a 30 anos					
Total (Brasil)			Sexo		
Total 1000 (pessoas) Ensino Superior		Homens		Mulheres	
Valor Absoluto	Taxa	Valor Absoluto	Taxa	Valor Absoluto	Taxa
4362	24,2	2071	19,3	2291	28,6

Fonte: Elaboração própria partir dos dados do IBGE (2012)

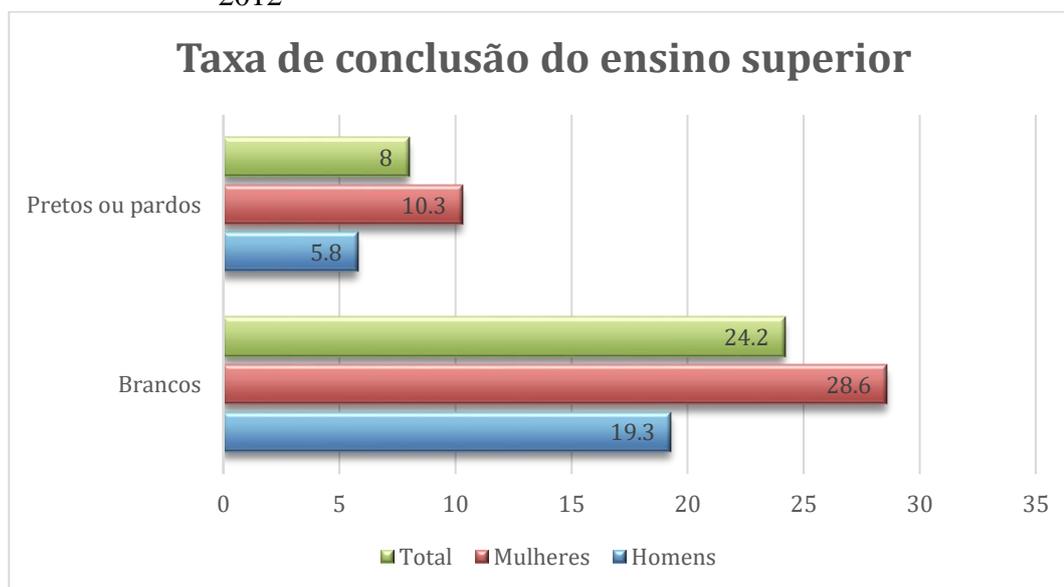
A vantagem educacional das mulheres fica evidente através dos indicadores que são analisados no decorrer do trabalho. Comparados separadamente, conforme a Tabela 5.2.2 as mulheres no geral têm um percentual de conclusão de ensino superior de 19%, já o conjunto de mulheres brancas tiveram um percentual de 28,6% conforme a Tabela 5.2.3. O mesmo pode ser percebido entre a população geral e a população branca de homens. Contudo, em ambos os casos a taxa de conclusão de ensino superior dos homens é menor se comparada com a das mulheres. Como puderam ser observados no quadro geral, os homens apresentam um percentual de 11,9% de taxa de conclusão de ensino superior da Tabela 5.2.2, os índices percentuais de homens brancos chegam a 19,3% na Tabela 5.2.3.

Nesse sentido, percebe-se que existe uma diferença da taxa de conclusão do ensino superior entre homens e mulheres, sendo esse percentual 16,7% a menos para os homens em relação ao percentual das mulheres.

Com base nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) contínua do ano de 2012, o gráfico abaixo apresenta os índices percentuais da taxa de conclusão do ensino superior comparando o percentual entre mulheres e homens da cor parda ou preta e branca.

É possível notar ainda que o nível de escolaridade das mulheres seja superior à dos homens, as desigualdades raciais não se reduzem, por isso a importância de buscar uma mudança do quadro de desigualdade racial.

Gráfico 5.2.2- Taxa de conclusão do ensino superior, por sexo, segundo cor ou raça - 2012



Fonte: Elaboração própria partir dos dados do IBGE (2012)

Conforme a Gráfico5.2.2, a taxa de conclusão de ensino superior para as mulheres pretas ou pardas é de 10,3 e 5,8 para os homens pretos ou pardos. No outro polo, a taxa de conclusão do ensino superior para as mulheres brancas é de 28,6 e 19,3 para os homens. Através desses dados é possível analisar duas perspectivas importantes. De modo geral, o gráfico acima demonstra que, independente da raça, as mulheres têm tido melhores resultados no fator escolaridade comparado com os homens. Contudo, comparando a população branca com a preta ou parda as mulheres brancas têm tido melhores resultados.

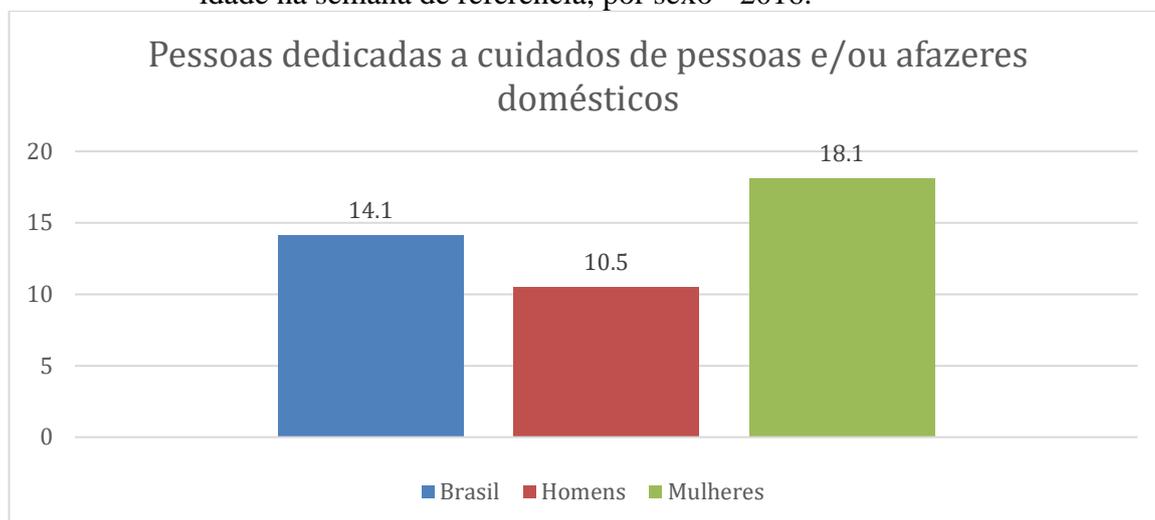
Este trabalho visa realizar uma análise dos dados estatísticos, presando pela atualização em ordem cronológica dos dados. Sendo assim, os dados a seguir foram obtidos e analisados no ano de 2016.

Visto que somente o nível de escolaridade não é suficiente para medir os condicionantes causadores da desigualdade de gênero e raça, serão analisados agora alguns os indicadores sociais que visam demonstrar a desigualdade de gênero e raça. Sendo esses:

- Número médio de horas nos afazeres domésticos, por sexo, separados dos afazeres domésticos e cuidados infantil;
- Número médio de horas combinados no trabalho remunerado e no trabalho doméstico não remunerado (carga total de trabalho), por sexo;
- Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo;
- Proporção de ocupados que são trabalhadores por conta própria, por sexo;

- Proporção de ocupados que são empregadores, por sexo;
- Proporção de ocupados que trabalham por tempo parcial, por sexo.

Gráfico 5.2.3- Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas ocupadas, de 14 anos ou mais de idade na semana de referência, por sexo - 2016.

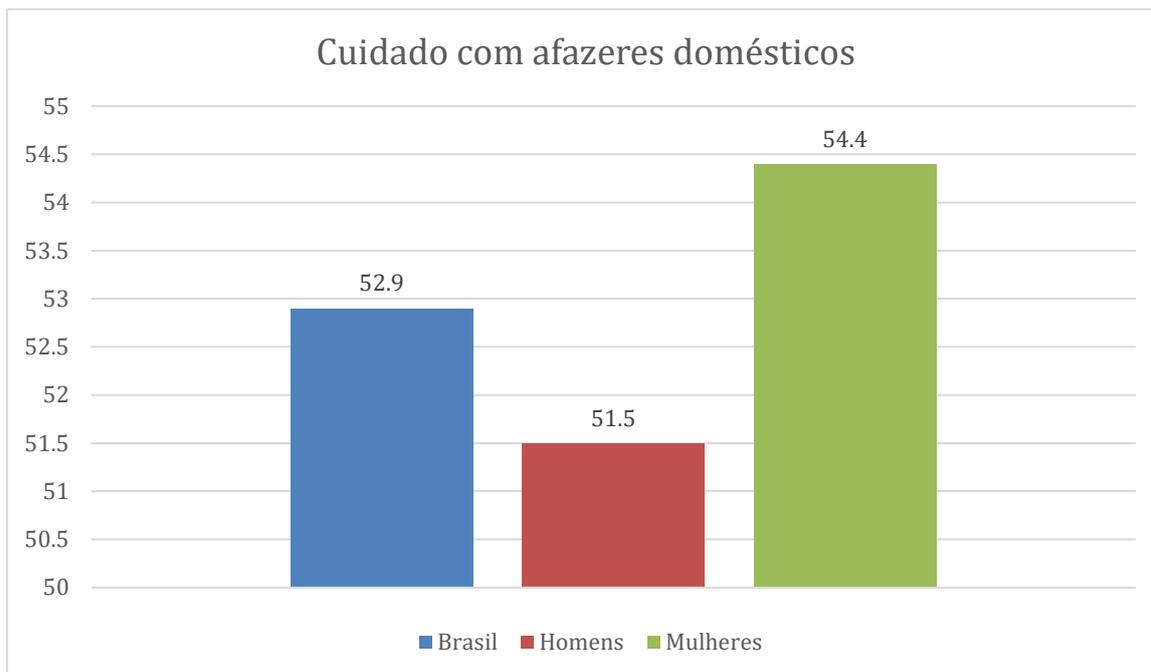


Fonte: Elaboração própria partir dos dados do PNAD (2016)

Comparado com os homens, as mulheres trabalham mais em serviços não remunerados devido à dupla jornada de trabalho que enfrentam em seu cotidiano, pois grande maioria das mulheres dedicam seu tempo não somente ao trabalho remunerado, mas também a afazeres domésticos. O Gráfico 5.2.3 revela que os se dedicam os homens no Brasil gastam apenas 10,5 horas com cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, já as mulheres se dedicam 18,1 horas dessa mesma população. Grande parte das funções e responsabilidades atribuídas aos homens e mulheres são desiguais, isso pode afetar o desempenho das mulheres do mercado de trabalho e o contingente de oportunidades que poderiam ter.

Mesmo com tantas transformações ocorrendo ao longo dos anos envolvendo questões sociais, como o melhor acesso à educação, que trouxe um aumento na conclusão de ensino médio e superior e maior participação de mulheres no mercado de trabalho, ainda dedicam maior parte do seu tempo em cuidado e afazeres domésticos. Tal fato pode ser explicado pela dupla jornada de trabalho exercida em maioria pelas mulheres.

Gráfico 5.2.4– Número médio de horas combinadas no trabalho remunerado e nos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (carga total de trabalho) das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo - 2016



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PNDA, contínua (2016)

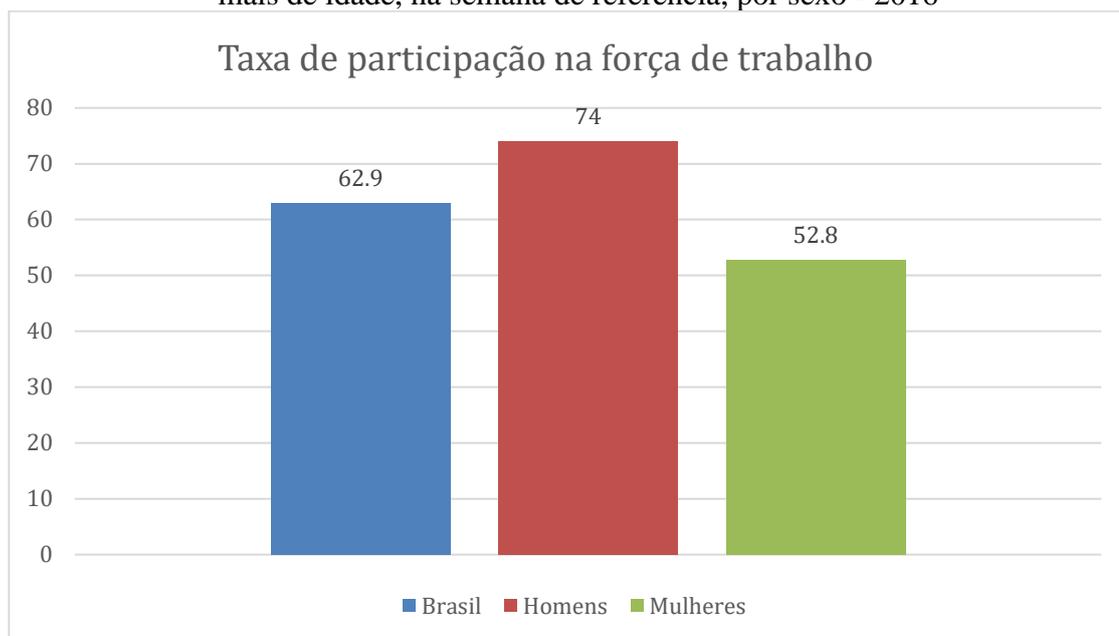
Conforme os Gráficos 5.2.3 e 5.2.4 são demonstrados a porcentagem de número médio de horas dedicadas a afazeres domésticos entre homens e mulheres, em ambos os casos as mulheres têm se dedicado mais que os homens, fato que também pode corroborar a justificativa de haver uma maior participação dos homens no mercado de trabalho. De acordo com o Gráfico 5.2.4, das pessoas que trabalham em carga total com cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos, os homens gastam apenas 51,5 horas na carga horária total, enquanto as mulheres gastam 54,4 horas dessa proporção. Em ambas as situações descritas, a mulher tem uma maior predominância nessas atividades. Nesse sentido, é de suma importância que essa situação mude de tal forma que seja igualitária entre os sexos, para nenhuma das partes sejam mais prejudicadas que outra.

Tal fato é convergente com os argumentos de Teixeira (2010) que explica que num contexto histórico foi determinado que o homem cumprisse o papel de detentor das atividades que a sociedade definiu como espaço privilegiado, enquanto a mulher ficou designada às funções domiciliares, ou seja, ficou vinculada à área de economia doméstica. O que pode ser percebido atualmente é que mesmo com a evolução de alguns contingentes sociais e a mudança de paradigmas de sociedade, as mulheres comparadas com homens ainda se veem mais associadas a atividades de baixa qualificação e mal remuneradas.

Antes de adentrar no próximo gráfico é importante elucidar o significado de taxa de participação na força de trabalho e para tanto é necessário descrever em primeira mão o que é

força de trabalho. Conforme os conceitos dados pelo IBGE, 2018 pessoas na força de trabalho representam as pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência. Já a taxa de participação da força de trabalho representa percentual de pessoas na força de trabalho na semana de referência em relação à idade que as mesmas têm para trabalhar.

Gráfico 5.2.5 - Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 anos ou mais de idade, na semana de referência, por sexo - 2016

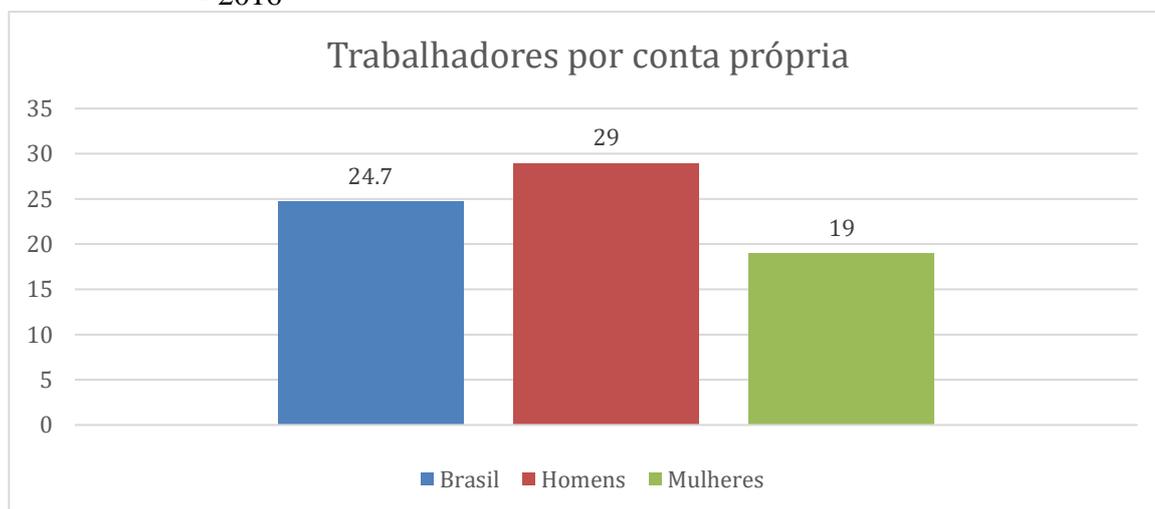


Fonte: Elaboração própria partir dos dados do PNAD (2016)

Outro agravante de desigualdade de gênero se torna evidente quando se trata da porcentagem de homens e mulheres inseridos no mercado de trabalho. As mulheres têm buscado alcançar os mesmos resultados alcançados pelos homens no mercado de trabalho, a fim de adquirir uma independência econômica social. Contudo, o gráfico acima revela que em termos de taxa de participação do mercado de trabalho, os homens têm tido melhores resultados que as mulheres. Sendo representados por 74% da taxa de participação, enquanto as mulheres representam 52,8% da mesma. A participação de mulheres no mercado de trabalho brasileiro tem-se elevado ao longo dos anos, mas esse aumento não tem acompanhado o nível de participação dos homens. Ramos (2011) ressalta que a trajetória da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro teve um aumento significativo. Contudo, a participação dos homens, mesmo sem se alterar, superava a participação das mulheres.

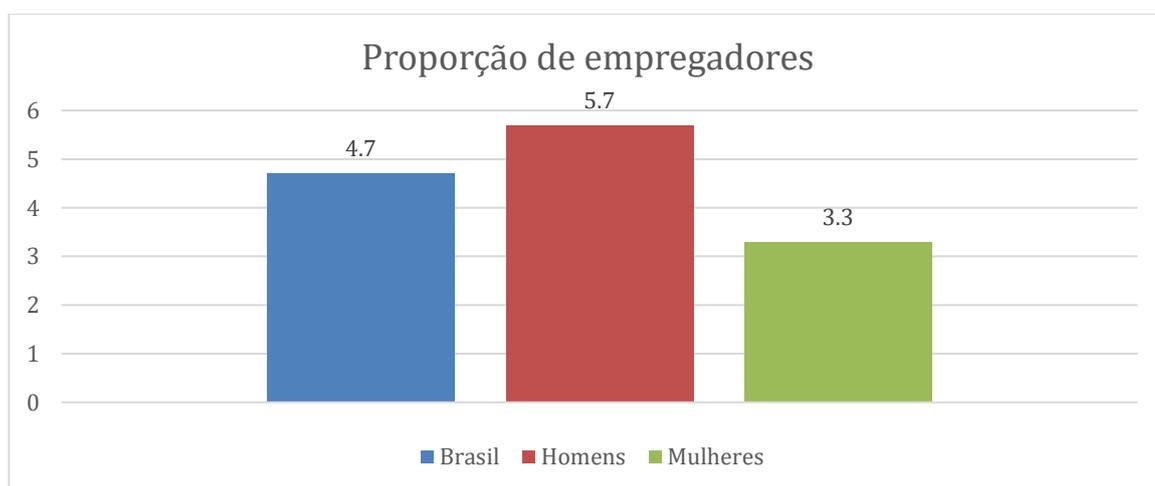
Os gráficos abaixo denotam dados comparativos de homens e mulheres que são empregadores ou trabalham por conta própria⁴.

Gráfico 5.2.6 - Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que são trabalhadores por conta própria, por sexo - 2016



Fonte: Elaboração própria partir dos dados do PNAD (2016)

Gráfico 5.2.7- Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que são empregadores, por sexo - 2016



Fonte: Elaboração própria partir dos dados do PNAD (2016)

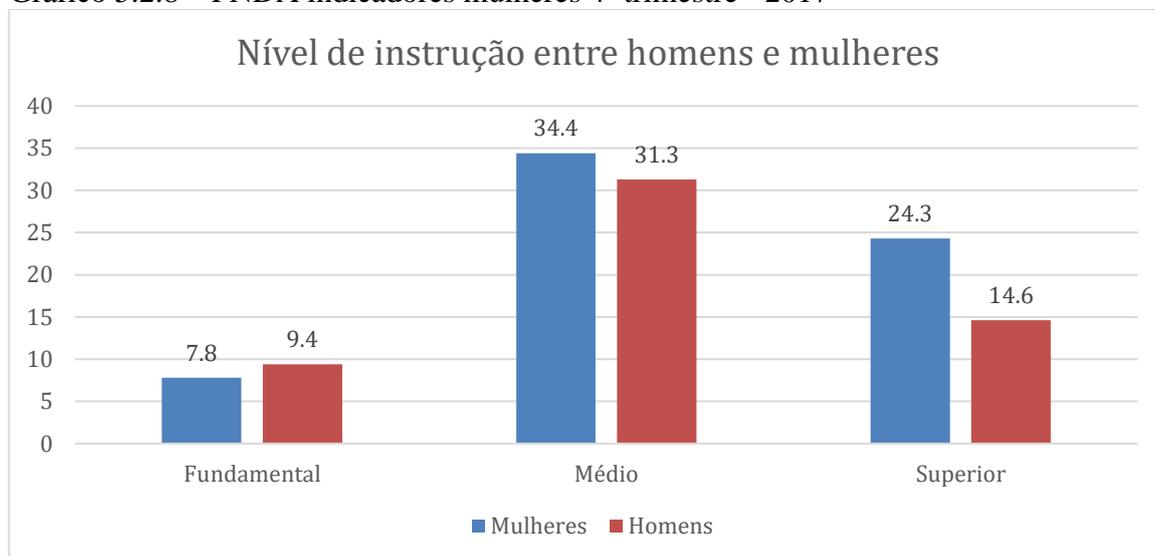
⁴ “O trabalhador por conta própria é, presumidamente, dono do seu tempo e do fazer profissional, padrão de si mesmo, gozando de liberdade e autonomia frente a qualquer agente econômico, ao diferentemente de quem trabalha como assalariado e que deve se submeter à autoridade e à hierarquia da organização empresarial da produção de bens ou de serviços que o emprega” (HOLZMANN, 2013, p.122).

Conforme os gráficos 5.2.6 e 5.2.7 são averiguados dados que evidenciam os homens têm mais ocupações de empregadores e de trabalhadores por conta própria. Em contrapartida, as mulheres têm ótimos níveis de escolaridade e as mesmas capacidades intelectuais que os homens, sendo possível observar que outros fatores influenciam na predominância de mulheres empregadoras.

De acordo com o Gráfico 5.2.6 da população que trabalha por conta própria, 29% são homens e 19% são mulheres. Já no Gráfico 5.2.7, as mulheres representam 3.3% da proporção de pessoas que são empregadores, já os homens 5.7% dessa proporção. Em ambos os casos apresentados nos gráficos acima, as mulheres não alcançam os resultados obtidos pelos homens, ou seja, ainda há barreiras a superar nesse quesito.

Atualmente os resultados gerais das pesquisas revelam que a desigualdade de gênero e raça não se justifica pelo nível de escolaridade entre os sexos. Visto que com o passar dos anos essa distinção de nível de instrução tem tido grandes avanços, a inserção das mulheres no mercado de trabalho deveria acompanhar esse avanço de conclusão de ensino superior. Contudo, a realidade revela que a situações de alcance da igualdade estão sendo retroativas.

Gráfico 5.2.8 – PNDA indicadores mulheres 4º trimestre - 2017

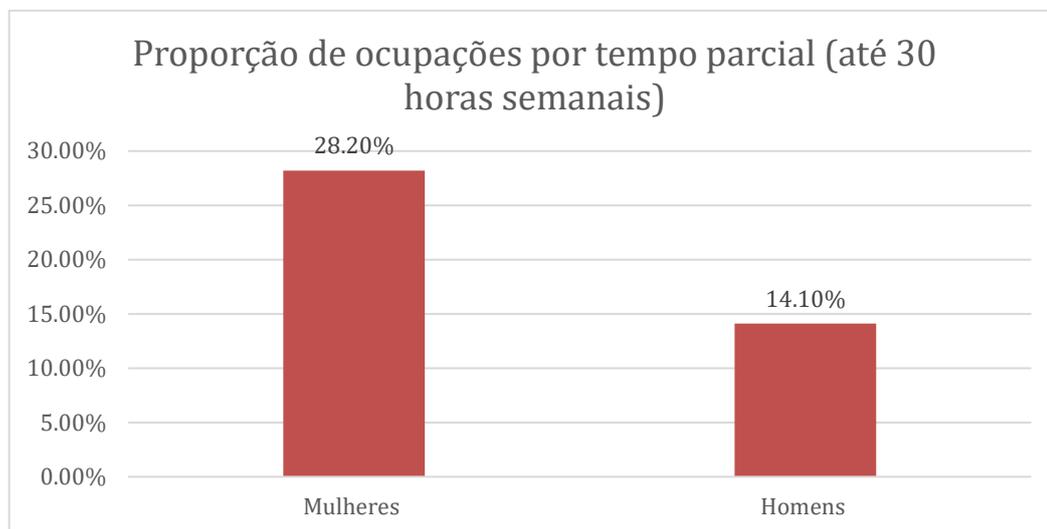


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PNDA (2017)

A dupla jornada de trabalho que é submetida às mulheres com afazeres domésticos e cuidados de pessoa em geral afeta o seu desempenho e predominância do mercado de trabalho, fazendo com que estas trabalhem por período parcial durante o dia. De acordo com o gráfico acima, a proporção do nível de instrução entre homens e mulheres ainda é maior pelas

mulheres, o resultado da pesquisa do total revela que das mulheres trabalhadoras, 24,3% tem o ensino superior completo, enquanto esta proporção entre os homens ocupados era de 14,6%.

Gráfico 5.2.9 - Proporção de trabalhadores em ocupações por tempo parcial (até 30 horas semanais) - 2018.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2018)

Visto que as mulheres passam grande parte do tempo se dedicando a outros afazeres, pouco de tempo restante é dedicado às áreas e aos serviços que gerem remuneração. Conforme o gráfico acima, as mulheres comparadas com os homens trabalham mais em tempo parcial do que em tempo integral. Tal fato pode estar intrinsecamente ligado com o fato de as mulheres dedicarem parte de seu tempo aos afazeres domésticos. No Gráfico 5.2.9, as mulheres representam 28,20% da população que tem ocupação em tempo parcial e os homens representam 14,10% dessa mesma proporção.

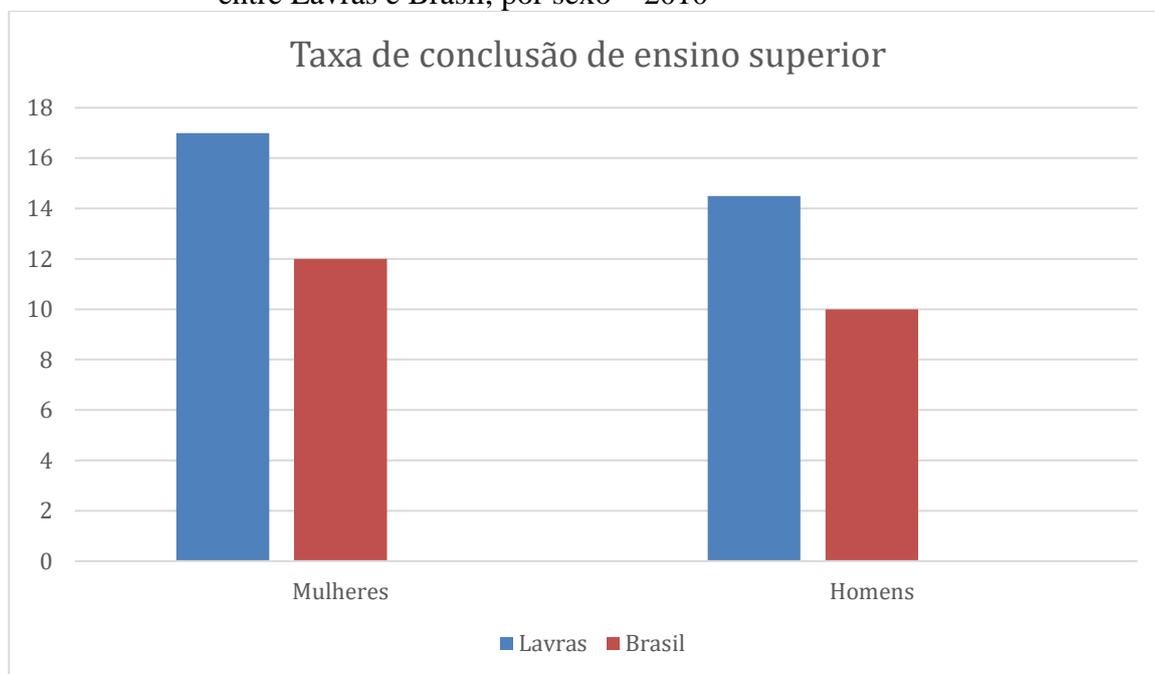
5.3 Análise comparativa de dados do município de Lavras-MG e o Brasil

Foram averiguadas diversas análises conforme a disposição de informações fornecidas pelos bancos de dados do governo. De modo geral, o município de Lavras tem parâmetros que manifestam a desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho. No entanto, comparado com o Brasil as circunstâncias são atenuantes, pois a dimensão de problemas do país é bem maior comparada a de um município pequeno como Lavras.

Para se ter uma comparação mais completa serão trabalhados outros pontos que foram abordados no decorrer da análise. A tabela abaixo faz um comparativo do censo demográfico

de 2010 do nível de instrução entre homens e mulheres que completaram o ensino superior no município de Lavras – MG em relação ao Brasil

Gráfico 5.3.1 - Proporção de pessoas por nível de instrução (%), uma comparação entre Lavras e Brasil, por sexo – 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2010)

Segundo a Tabela 5.3.1, em ambos os sexos os níveis percentuais da proporção de pessoas com ensino superior completo do município de Lavras no período de 2010, é maior do que a proporção de pessoas com ensino superior completo no Brasil. Comprovando, assim, que o nível de escolarização do município de Lavras está bom em relação ao nível de escolarização em nível superior do Brasil.

Apesar disso, se comparados os níveis de instrução entre homens e mulheres pode-se observar diferentes níveis percentuais. No município de Lavras, o índice percentual de mulheres com ensino superior completo está em 17%, enquanto os homens estão em 14,5%. Já no Brasil em geral o índice percentual de mulheres com ensino superior completo está em torno de 12% e dos homens em 10%.

Comparando agora os dados da população economicamente ativa, ainda que Lavras tenha que superar essa desigualdade de gênero na questão de participação, comparado com o Brasil, o município tem resultados menos agravantes. No entanto, tais resultados ainda são preocupantes e devem superados para que a desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho não persista.

Quanto à população que tem ocupação em tempo integral e parcial, tanto no contexto do Brasil em geral como no contexto do município de Lavras, ambas as vertentes de trabalho exibem resultados que são preocupantes para as mulheres. A análise buscou averiguar se, dentre a carga horária de trabalho estipulada pelas leis trabalhistas, o tempo no trabalho foi realizado de forma igualitária entre os homens e as mulheres. Ou seja, se as mulheres têm trabalhado em tempo parcial ou integral, sendo este um possível fator que afeta e influencia a participação das mulheres no mercado de trabalho. Comparados separadamente, a proporção de trabalho em tempo integral de Lavras é bem menor do que proporção de trabalho tempo parcial do Brasil. Mas em ambos os casos as mulheres se veem mais prejudicadas.

No que tange a comparação de mulheres e homens que ocupam cargos de gerência/comando, que são empregadores ou trabalhadores por conta própria, ainda há muito a superar quando se fala no mercado de trabalho com uma frente feminina. Foi observado que as mulheres encontram valores inferiores aos dos homens no que tange os cargos de gerência e comando, algo que pode ser considerado agravante visto que as mulheres têm apresentado um nível de escolaridade mais predominante que o dos homens, essa realidade já deveria estar em processo de mudança.

Tanto os dados relativos a Lavras como os do Brasil estão quase no mesmo parâmetro de comparação, pois em ambos as mulheres apresentam resultados menores do que homens, e tais resultados chegam pouco mais que a metade do valor alcançado pelos homens. Visto que as mulheres têm bons resultados no quesito escolaridade, tal fator deveria ser levado em consideração pelo mercado de trabalho para que haja um contexto igualitário entre os sexos, de modo a fazer com que a desigualdade de gênero e raça seja superada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou trazer a realidade social do município de Lavras no contexto das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, e através deste elaborar uma análise acerca da desigualdade de gênero no mercado de trabalho do município de Lavras - MG comparando à perspectiva no Brasil.

Através de uma abordagem qualitativa o trabalho contou com o uso de recursos via internet, de censos demográficos e pesquisas de indicadores sociais do IBGE, PNAD e IMRS para analisar os fatores que influenciam e levam à desigualdade de gênero do município de Lavras, propondo descrever e analisar alguns condicionantes que demonstram em quais fatores é possível perceber a o caráter desigual do mercado de trabalho. Para, além disso, foi possível descrever e comparar a realidade das mulheres negras no mercado de trabalho lavrense em relação à realidade do Brasil.

Com base na análise foi possível observar que o caráter de desigualdade de gênero prevalece em todos os parâmetros que foram usados de comparação no decorrer do trabalho. Quanto à comparação entre homens e mulheres nas amostras de pessoas economicamente ativas, nas taxas de participação na força de trabalho e no número de pessoas ocupadas, há uma predominância dos homens em todos os parâmetros, além de que o diferencial estatístico entre os sexos chega a ser discrepante.

No que tange a carga horária de trabalho das mulheres e no tempo que elas se dedicam ao mesmo e ao cuidado de pessoas e afazeres domésticos, estas ainda tem muito a superar. Os homens predominam no tempo que se dedicam ao trabalho. As mulheres não os alcançam pela barreira que foi colocada entre a mulher e o mercado de trabalho, sendo esta a dupla jornada de trabalho que limita a participação efetiva das mulheres e seu crescimento no mercado de trabalho.

O mesmo pode ser percebido na área de serviços domésticos, ao mesmo tempo em que as mulheres passaram pela transição do contexto histórico da área de serviços domésticos, a inserir-se nas mais diversas áreas do mercado de trabalho, as mulheres ainda se vêem mais vinculadas aos serviços domésticos comparadas aos homens, tanto no município de Lavras como no Brasil.

Contudo o fator mais discrepante da problemática é a questão do nível de escolaridade entre homens e mulheres. Em todos os níveis de escolaridade as mulheres tiveram resultados melhores do que os homens. Entretanto a desigualdade de gênero no mercado de trabalho

persiste, ou seja, essa desigualdade não se justifica pelo nível de escolaridade das mulheres, o fator que faz com que essa desigualdade persista é a própria discriminação. Mesmo as mulheres apresentando um nível de escolaridade superior a dos homens, as mulheres não se igualam aos homens na hierarquia de cargos de gerencia ou comando no mercado de trabalho.

Outro fator que se mostrou relevante na comparação entre os níveis de escolaridade da população parda que se mostrou subrepresentadas perante as outras raças, representando assim uma dupla discriminação, sendo esta a discriminação já existente entre homens e mulheres e a discriminação e entre as raças.

Conclui-se que a desigualdade de gênero existe por vários fatores que influenciam direta ou indiretamente como um todo na vida das mulheres e que repercutem na discriminação existente entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Além do contexto histórico que influenciou fortemente na inserção das mulheres na sociedade e no mercado de trabalho, fatores como acesso à educação, condição social, taxa de desemprego, acesso igualitário aos postos de trabalho, dupla jornada de trabalho exercido em maioria pelas mulheres, serviços segregados dentre outros fatores que estão intrinsecamente vinculados com o fator gerador do quadro de desigualdade de gênero, trazem várias repercussões do desenvolvimento deste problema. A má distribuição, acesso ou gestão desses fatores leva à situação de desigualdade entre homens e mulheres que existe hoje.

O município de Lavras apresenta fatores que confirmam a manifestação da desigualdade de gênero no município. Comparado com o Brasil, os resultados de Lavras são atenuantes. Porém, apesar do quadro de desigualdade não ser tão grave quanto a nível nacional, é necessário que sejam tomadas providências que transformem as condições sociais do município, para que, finalmente, haja igualdade entre homens e mulheres nos diversos fatores que manifestam a desigualdade de gênero. Um olhar mais crítico e não romantizado do problema pode gerar mudanças significativas nessas desigualdades, de modo que as mulheres possam alcançar os mesmos parâmetros que homens no mercado de trabalho de forma justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e cultura**, v. 58, n. 4, p. 40-41, 2006.
- IBGE. **Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 10 de abr. de 2019.
- ANGELO, G. **Discriminação à mulher no mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://noticias.ne10.uol.com.br/coluna/a-mulher-e-a-lei/noticia/2016/04/04/discriminacao-a-mulher-no-mercado-de-trabalho-606860.php>>. Acesso em: 03 de set. 2018.
- AUGUSTO, C. A. *et al.* Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 745-764, 2013.
- BRASIL, **DECRETO-LEI nº 5.452**, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 10 jun.2019
- BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.
- CONCEITOS. 2019. Disponível em: < <https://www.significados.com.br/grau-de-instrucao/>>. Acesso em: 02 jul.2019.
- CONCEITOS. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/diretoria/>>. Acesso em: 02 jul.2019.
- CONCEITOS. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=gerencia>>. Acesso em: 02 jul.2019.
- DAMASCENO, F. A. V. **Igualdade de tratamento no trabalho: isonomia salarial**. 1 ed. Barueri: Editora Manole Ltda, 2004.
- DRUMONT, M.P. **Elementos para análise do machismo**. **Perspectivas**, v. 3, p 81-85, 1980.
- ESPERÓN, J. M. T. Pesquisa quantitativa na ciência da enfermagem. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 21, n. 1, p. 1-2, 2017.

GIUBERTI, A. C.; MENEZES-FILHO, N. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. **Economia Aplicada**, v. 9, n. 3, p. 369-384, 2005.

HOLZMANN, Lorena. **O Trabalhador por Conta Própria no Brasil**. Editora RPD, Revista Paranaense de desenvolvimento, Curitiba, v.34, n.124, p.119-137, jan./jun. 2013.

IBGE. **Estatísticas de Gênero. Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

_____. **Censo Amostra de educação**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/pesquisa/23/22469?detalhes=true>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

_____. **Censo Demográfico**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=1,2,2,%2013,47,48,128&ind=4699>> Acesso em: 05 dez. 2018.

_____. **Censo Demográfico**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/panorama>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

_____. **Censo Demográfico**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/pesquisa/23/22957?detalhes=true>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

_____. **Censos Demográficos, 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/pesquisa/23/22787?detalhes=true>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

_____. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/primeiros_resultados/analise04.shtm>. Acesso em: 05 dez. 2018.

_____. **Estatísticas de Gênero. Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

_____. **Estatísticas de Gênero**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa_google.shtm?cx=009791019813784313549%3Aonz63jzsr68&cof=FORID%3A9&ie=ISO-8859-1&q=participa%3%A7%3A3o++de+homens+e+mulheres+no+mercado+de+trabalho&a=&siteurl=ww2.ibge.gov.br%2F&ref=>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

_____. **Indicadores sociais**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101551>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

_____. **Pesquisa mensal de emprego – PME.** Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Estudos/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf> Acesso em: 04 dez. 2018.

_____. **Censos Demográficos.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/pesquisa/23/22469?detalhes=true>>. Acesso em: 15 mai. 2019

_____. **Censos Demográficos.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,1,2,-2,3,4,-3,128&ind=4726>>. Acesso em: 06 mai. 2019

_____. **Censos Demográficos.** Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

_____. **No Dia da Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

_____. **Censos Demográficos.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=1,2,-2,13,47,48,128&ind=4699>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

_____. **Censos Demográficos.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/pesquisa/23/22957?detalhes=true>>. Acesso em: 29 abr. 2019

_____. **Censos Demográficos.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=1,2,-2,%2013,47,48,128&ind=4699>>. Acesso em: 03 mai. 2019

_____. **Conceitos.** Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/primeiros_resultados/analise01.shtm>. Acesso em: 02 jul. 2019.

_____. **Conceitos.** Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao_devida/indicadores_minimos/conceitos.shtm#pea>. Acesso em: 02 jul. 2019.

_____. **Conceitos.** Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

IMRS.Perfis municipais, consultas. Disponível em: <<http://imrs.fjp.mg.gov.br/Consultas/Resultado>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

PENA, Rodolfo F. Alves. "**População Economicamente Ativa – PEA**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/populacao-economicamente-ativa-pea.htm>>. Acesso em 01 de jul. de 2019.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista Sociol.Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010

QUADROS, Waldir. Gênero e raça na desigualdade social brasileira recente. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 95-117, 2004.

RAMOS, L.; AGUAS, M. F. F.; FURTADO, L. M.S. de. **Participação feminina na força de trabalho metropolitano: o papel do status socioeconômico das famílias**. *Economia Aplicada*, v. 15, n. 4, p. 595-611, 2011.

RIBEIRO, Amarolina. **Participação feminina no mercado de trabalho**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/participacao-feminina-no-mercado-trabalho.htm>> Acesso em: 12 de set. 2018.

RODRIGUES, Eli. **As diferenças entre as posições de Gerente e Diretor**. Disponível em: <<https://www.elirodrigues.com/2014/03/06/as-diferencas-entre-as-posicoes-de-gerente-e-diretor/>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

RODRIGUES, C. Butler e a desconstrução do gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 179-183, 2005.

ROLIM, L. **A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro**. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/a-insercao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-brasileiro/>> Acesso em: 10 de set.2018.

SANTOS, J. **Classe social e desigualdade de gênero no Brasil**. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 2005, Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora: ANPOCS, 2005.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. **A Teoria e a Tipologia de Classe Neomarxista de Erik Olin Wright**. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 377-410, 1998.

SILVA, A. M. **Metodologia da Pesquisa**. 2ª ed. Fortaleza: Universidade Aberta do Brasil, 2015.

SUA PESQUISA. **História do Dia Internacional da Mulher**. Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/dia_internacional_da_mulher.htm>. Acesso em: 04 de set.2018.

SUAS VISOR. **Relatório de subsídios para o PPA**. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/suasag/index.php>>. Acesso em 08 nov. 2018.

TEIXEIRA, C. M. **As Mulheres no Mundo do Trabalho: Ação das Mulheres, no Setor Fabril, para a Ocupação e Democratização dos Espaços Público e Privado.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n2/a12v25n2>> Acesso em: 12 de set. 2018.

TEIXEIRA, Daniel Viana. **Desigualdade de gênero: sobre garantias e responsabilidades sociais de homens e mulheres.** Revista Direito GV, v. 6, n. 1, p. 253-274, 2010.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de Pesquisa.** 2ª ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.